



# XXXIX ENCONTRO da APHES

*Circulações: entre o local e o global*

*Circulations: from local to global*

Campus de Gambelas, 15 e 16 de Novembro 2019

SESSÕES PARALELAS / PARALLEL SESSIONS

RESUMOS / ABSTRACTS

# Sessões Paralelas I / Parallel Sessions I

## I.1. Prémio APHES/APHES Award

Chair: José Vicente Serrão (ISCTE-IUL)

**André Luís Bezerra Ferreira** (Universidade Federal do Pará)

*Liberdades Mestiças: a (co)existência da escravidão indígena e africana na Amazônia portuguesa (século XVIII)*

O presente trabalho tem como objetivo analisar a coexistência da escravidão africana e indígena na Amazônia portuguesa no decorrer do século XVIII, buscando compreender o protagonismo de escravizados na esfera da justiça colonial, analisando como seus argumentos para pleitearem suas liberdades estavam relacionados com as dinâmicas de mestiçagens naquela região. Todavia, a presente pesquisa não se deterá em uma análise polarizada e dicotômica entre a liberdade e a escravidão. Mas, sim, buscará revelar a complexidade e diversidade dos processos históricos, políticos e sociais em torno das ações das liberdades dos escravizados em juízo. Nesse sentido, pretendo elucidar as múltiplas questões que envolviam as disputas pelas posses dos litigantes, destacando o fundamental protagonismo destes no desenvolvimento do projeto colonial naquela região; as relações estabelecidas com seus senhores e os demais agentes da colonização; os espaços que ocupavam na sociedade; suas articulações nas esferas da administração e da justiça; e, principalmente, as dinâmicas de mestiçagens em que os escravizados estavam inseridos.

**Ana Paredes Cardoso** (ISCTE-IUL)

*As Dinâmicas Socioeconómicas das Vilas Portuárias do Tejo, no século XVIII, entre o Local e o Global*

Nesta comunicação desenvolvemos o tópico das vilas portuárias do Tejo, enquanto objetos multiescala, na análise das conexões entre o local e o global, recorrendo a três casos de estudo: Vila Velha de Rodão, Abrantes e Constância. O nosso objetivo principal é questionar as narrativas historiográficas que apresentam um interior do reino virgem de comunicações e alheado das dinâmicas socioeconómicas de Lisboa e espaço do Atlântico, no século XVIII.

Atendendo a que um porto é um centro económico, com maior ou menor dimensão, a nossa proposta de análise segue a lógica clássica tripartida que caracteriza toda a atividade socioeconómica: produção, circulação e consumo. Onde, começamos com um retrato demográfico, enquadramento jurisdicional e principais atividades económicas das três vilas portuárias a partir dos textos memorialistas (Memória Paroquiais de 1758 entre outras) e de uma fonte fiscal, a Décima da Província nos anos de 1766 e 1767. Prosseguimos com a identificação e caracterização da comunidade mercantil do Tejo (iniciativa e capacidade financeira, relações com o exterior) com base nos contratos de arrematação e matrículas na Junta do Comércio, por forma a concluir sobre os produtos vetoriais do rio Tejo. Finalizando sobre tendências de consumo para as três vilas mencionadas com base num corpus documental composto por testamentos, inventários post-mortem, orfanológicos e listas de bens dos doadores das Misericórdias.

Os dados analisados atestam a relevância do porto nas dinâmicas socioeconómicas a várias escalas, do local ao global. E, tendo em conta que seguem as principais linhas de análise propostas pela bibliografia portuária mundial, possibilitam exercícios de comparação. Com efeito, pretendemos validar o estatuto de cidade ou vila portuária, que exige uma simbiose espacial e económica entre o porto e a cidade (B. S. Hoyle: 1989; F. M. Borruet: 1992; F. Broeze 1989 e 1997). Ainda uma forte influência na organização de uma região afastada (M. Brocard 1994). Verificar da existência de conexões de longa distância (M. N. Pearson: 1988 e Jack Gordon: 2001). E, por fim, caracterizar o perfil da comunidade mercantil do Tejo e suas atividades; bem como aferir sobre padrões de consumo das vilas portuárias, destacando os ditos grupos intermédios (R. Lee: 2005 e A. Jarvis: 2009).

**Quintino Lopes** (IHC-FCSH/NOVA-CEHFCi-UE)

*Ciência europeizada numa nação de feição atlântica? O Laboratório de Fonética Experimental da Universidade de Coimbra (1936-72)*

Tradicionalmente a historiografia advoga a ideia do Portugal Estado-novista, particularmente nos anos trinta e quarenta, como uma nação rural, pitoresca, desinteressada das questões continentais europeias e com uma comunidade científica restrita, isolada e sem suporte estatal (1, 2, 3). O estudo da Junta de

Educação Nacional (JEN, 1929-36) e do Instituto para a Alta Cultura (IAC, 1936-52) densifica esta percepção da realidade, introduzindo novas questões e interpretações do Estado Novo (4, 5).

Nesta comunicação propomo-nos analisar a importância dos financiamentos da JEN e do IAC no estabelecimento do Laboratório de Fonética Experimental de Coimbra (1936-72). Considerado na época um dos mais avançados laboratórios de Fonética Experimental do mundo, atraiu inúmeros cientistas da Europa, América e África. Entre estes encontram-se investigadores das Universidades de Harvard e Cambridge que, na impossibilidade de se especializarem nas suas instituições de origem nos inovadores métodos de investigação praticados em Coimbra, estagiam prolongadamente neste laboratório sob a supervisão do seu director, Professor Armando de Lacerda.

A introdução do Portugal Estado-novista na “Global History of knowledge” (6), que o presente estudo propõe, pressupõe ainda avaliar o impacto das especializações dos cientistas estrangeiros neste laboratório português no eventual potenciar da investigação ou ensino nas suas instituições de origem.

Em conclusão, esta comunicação insere-se na ideia de circulação do conhecimento, repensando o posicionamento do Estado Novo no debate entre “centros” e “periferias” científicas (7, 8).

- 1) Ó, Jorge Ramos do (1999), *Os anos de Ferro. O dispositivo cultural durante a “Política do Espírito” 1933-1949*. Lisboa: Editorial Estampa.
- 2) MELO, Daniel (2001), *Salazarismo e Cultura Popular (1933-1958)*, Lisboa: Instituto de Ciências Sociais.
- 3) PEREIRA, Bernardo Futscher (2013), *A Diplomacia de Salazar (1932-1949)*, Alfragide: D. Quixote.
- 4) LOPES, Quintino (2017), *A europeização de Portugal entre guerras. A Junta de Educação Nacional e a investigação científica*, Casal de Cambra: Caleidoscópio.
- 5) ROLLO, Maria Fernanda; QUEIROZ, Maria Inês; BRANDÃO, Tiago; SALGUEIRO, Ângela (2012), *Ciência, Cultura e Língua em Portugal no Século XX. Da Junta de Educação Nacional ao Instituto Camões*, Lisboa: Instituto Camões.
- 6) DRAYTON, Richard; MOTADEL, David (2018), “Discussion: the futures of global history” in *Journal of Global History*, 13, pp. 1-21.
- 7) SECORD, James A. (2004), “Knowledge in Transit” in *Isis*, 95, pp. 654-672.
- 8) THURNER, Mark (2015), “Historical Theory Through a Peruvian Looking Glass” in *History and Theory*, 53, pp. 27-45.

## **1.2. Institutions and markets: comparisons and connections**

Chair: José Luís Cardoso (ICS-ULisboa)

**Nuno Palma** (ICS-Ulisboa/U. Manchester) & **António Castro Henriques** (FEP-UP)

*Comparative European Institutions and the Little Divergence, 1385-1800*

Why did the countries which first profited from access to the New World – Castile and Portugal – decline relative to their followers, especially England and the Netherlands? Today’s dominant narrative is that worse initial institutions at the time of the opening of Atlantic trade explain Iberian divergence. In this paper, we build new measures which allow for a quantitative comparison of institutional quality over time. In particular, we consider the number of crown refusals at legislative assemblies, the number and strength of episodes of coin depreciation, the number and strength of ad hoc taxes introduced, real interest spreads for public debt, and measures of fiscal capacity. We show that there is no evidence that the political institutions of Iberia were worse at least until the English Civil War. Hence, the political reasons for the early modern economic divergence of Iberia are not medieval, but must be found during the early modern period.

**Klemens Kaps** (Johannes-Kepler Universität Linz)

*Connecting Markets: The impact of trade with the Iberia Atlantic on economic development in Habsburg Central Europe during the 18th century*

The Habsburg Monarchy has been traditionally considered a peripheral economy with scarce access to global markets in the early modern period. This perception is still persistently shaping research and narratives concerning the Central European territories governed by the Habsburg dynasty. although both recent and older research results question this stance.

The paper starts from a critical revision of the conceptual framework and presents results of a research project conducted during the last years that analyses Habsburg Central Europe’s trade connections with Spain and Spanish American markets during the 18th century. Hereby, it will be focused on three dimensions: First, it will be shown how the economic and trade geography structured Habsburg Central Europe’s access to world markets in general, which geographical and institutional trade barriers existed at the start of the century and how these were affected by government-induced institutional change. Here, it will be focused on the mercantilist trade policy regarding the free port declaration of the Habsburg

Adriatic port cities with Trieste as the leading commercial centre, the declaration of free shipping in the Adriatic, and the foundation of privileged companies. Also other measures such as reduction and abolition of custom and road tariffs, the codification of commercial and maritime law, the creation of commercial courts, the construction of roads and canals and the standardization of weights, measures and currency reform will be addressed.

In a second step, the institutional framework will be followed on the international level concerning mainly security for shipping in the Mediterranean by both the creation of a navy and the conclusion of peace and trade treaties, the creation of consulates and the negotiation of secure settlement and trading rights in Spain.

And in a third step, the material commodity flows organized by trading firms and merchant networks will be addressed drawing on a rich variety of unedited archival materials from archives in Austria, Poland, Ukraine, Italy, France and Spain. The argument in this last part will be that trade augmented notably with Spanish markets and played an important role in transforming various Habsburg regions, notably the Bohemian and Austrian lands, towards proto-industrialization and a more efficient agriculture. At the same time, the problems, failures and obstacles for optimization of the results will be pointed out. The conclusion will stress the Habsburg Monarchy's dual economic status between a transforming and modernising economy located rather in the west, and a more slowly developing Eastern periphery.

### **Pedro Neves (ISEG-ULisboa)**

*The development of Portuguese corporate sector during the 19th century: an assessment based on the joint stock company start-ups*

The joint stock company stands out among the institutional innovations that spread during the nineteenth century in the business sphere. The nature of this legal form of organization has given it a role in the development of the corporate sector during the modern economic growth. The dissemination of the modern corporation is an issue that has been studied extensively by economic and business historians.

This paper aims to analyze the development of the Portuguese corporate sector from 1833 to 1913, through the study of the joint stock company births.

The main sources used are the founding charters of the companies published in the official gazette. The information gathered allowed us to build a database consisting of approximately 800 companies created during the eight decades under consideration. The study is divided into two parts. The first part deals with the whole population of companies incorporated during the period considered which are analyzed in terms of founding date, industry, location and nominal share capital. In the second part, the analysis focuses on a smaller sample, the companies with nominal share capital exceeding 500,000 Escudos, and has three lines of inquiry: 1) nominal capital, denomination of the shares and paid-up capital; 2) capital structure, and public versus private companies; and finally 3) survival of companies.

The interest of look at corporate development in Portugal during the nineteenth century comes from two reasons. First, the topic has not been much studied by the Portuguese historiography. A deeper knowledge of the microeconomic issues will contribute to a better understanding of the performance of the Portuguese economy. Second, from an international comparison point of view, it would be important having the experience of another small and peripheral country, in order to contrast it with the national patterns of corporate development already studied.

### **I.3. Logística e financiamento da guerra em Portugal e no Império, séc. 16-17**

Org. Hélder Carvalho (CIDEHUS-UÉvora)

Chair: Pedro Puntoni (Universidade de São Paulo)

Este painel propõe estudar um dos vectores menos aprofundados na história militar do período moderno em Portugal e no Império: a logística e o financiamento da guerra. Apesar de um recente reavivar deste campo de estudos, ilustrado pela emergência de conjunto de obras que versam certos aspectos da guerra durante o período moderno, as questões do foro logístico - ligadas ao impacto social e económico da guerra - não têm recebido a atenção desejada. Tal falta de atenção é ainda mais evidente quando se olha para o panorama dos estudos de história militar moderna desenvolvido por outras historiografias, independentemente destas focarem geografias de análise relativas aos reinos europeus ou aos espaços coloniais.

Para tentar diminuir essa diferença de aprofundamento historiográfico e empírico, o painel contará com três comunicações que versaram sobre os temas supracitados durante os séculos XVI e XVII. Hélder Carvalho dedicará a sua apresentação à questão da militarização da sociedade no Portugal quinhentista, tomando como lente de observação a posse de armamento por parte de privados e analisando-o de forma quantitativa e qualitativa. A comunicação de Roger Lee de Jesus centrar-se-á na economia da pólvora, elemento cujo uso é essencial para o armamento pirobalístico. Serão analisados os circuitos de produção e distribuição deste produto para o Índico no século XVI, contribuindo desta forma para um conhecimento mais aprofundado da logística militar neste contexto assaz específico. Por sua vez, a apresentação de André Murteira analisará a logística naval no Índico durante o século XVII, tendo como pano de fundo a rivalidade luso-neerlandesa pelo domínio das rotas comerciais marítimas. É com base neste plano comparativo que a questão da transferência de recursos navais por parte dos holandeses ajudará a explicar as razões para o declínio do desempenho logístico português ao período.

### **Hélder Carvalho** (CIDEHUS-UÉvora)

*Uma sociedade militarizada? Posse privada de armamento em Portugal (século XVI)*

Esta comunicação debate o grau de militarização da sociedade portuguesa no período moderno e o impacto da guerra no respectivo quotidiano, focando a análise na questão da posse de armamento por privados na monarquia quinhentista. É com um consenso relativamente generalizado que a historiografia aceita a inexistência de um monopólio estatal da violência - usando a expressão veiculada primeiramente por Weber - por parte do poder central (entenda-se, a monarquia) durante o período moderno. Por outro lado, é notório que, para além do monarca, outros grandes poderes no Portugal de Quinhentos - veja-se o exemplo das grandes casas senhoriais - conseguiriam reunir hostes numericamente significativas e bem apetrechadas. Não obstante, muito pouco se sabe ainda sobre o real poder militar da restante (a esmagadora maioria da) população do reino, em especial daqueles que detinham as condições para o manter: a pequena e média nobreza e, eventualmente, certos membros das oligarquias locais.

Como tal, procura-se analisar de forma qualitativa e quantitativa o armamento na posse de privados em ambos os níveis local/regional e "nacional". Qual seria a relevância militar destes últimos, dado o contexto de ausência de guerra no interior do reino durante toda a dita centúria? Pode-se falar num reino fortemente militarizado? Ou será que, aparte dos grandes titulares e do rei, o potencial armado dos pequenos senhores era relativamente insignificante? Todo este feixe de questões apenas ficará esclarecido através de uma série de inquéritos, sendo aquele feito com base ao armamento um dos mais relevantes.

Para levar a cabo tal tarefa, um levantamento sobre o armamento de cerca de duas dezenas de localidades espalhadas pelo reino (datado do segundo quartel do século XVI) será analisado e confrontado com respectivo contexto socioeconómico e demográfico, contribuindo assim para a discussão sobre o impacto da guerra no quotidiano.

### **Roger Lee de Jesus** (CHAM-NOVA/CHSC-UC)

*A Economia da Pólvora no “Estado da Índia” (séc. XVI)*

O objectivo da presente comunicação é o de analisar a produção e utilização da pólvora no “Estado da Índia” durante o século XVI. Elemento fundamental de todo o armamento pirobalístico, a produção de pólvora requereu o estabelecimento de uma vasta rede comercial que permitisse o constante abastecimento de carvão, enxofre e salitre, componentes basilares deste produto. A ideia comum de que os canhões e o poder de fogo utilizados foram suficientes para impor, de forma fulminante, a presença portuguesa na Ásia, ignora a dimensão da logística militar envolvida – tema pouco estudado e que necessita de ser reavaliado e revisto.

Assim, tentaremos demonstrar como é que os portugueses organizaram esta produção local de pólvora e a respectiva distribuição pelas fortalezas que se espalhavam de Moçambique a Macau, apresentando o complexo jogo de trocas que envolvia sultanatos e outros potentados locais. Procuraremos também analisar a questão económica e financeira inerente a todo este processo, ou seja, os custos envolvidos e o impacto do tráfico ilegal de pólvora ou dos seus componentes. Para tal recorreremos à vasta correspondência de capitães, governadores e outros oficiais da Coroa, bem como a outros documentos provenientes da administração central e à cronística da época.

Esta comunicação pretende assim contribuir para um conhecimento mais aprofundado da logística militar portuguesa que sustentou o processo de expansão na Ásia.

## **André Murteira (CHAM-NOVA)**

*Armadas para a Ásia – a logística naval da guerra luso-neerlandesa na Ásia no século 17*

Esta comunicação debruçar-se-á sobre a logística da guerra naval na Ásia entre o Estado da Índia português e a Companhia das Índias Orientais neerlandesa (Vereenigde Oost-Indische Compagnie, vulgo VOC). Tratando-se embora de um conflito travado na Ásia, a maioria dos chamados navios de alto bordo dos dois lados foram fabricados na Europa e enviados para Oriente pela rota do Cabo da Boa Esperança. Ambos os lados dependiam assim do fornecimento de navios do Atlântico. Os neerlandeses foram muito mais bem sucedidos nesta transferência maciça de recursos navais do Atlântico para a Ásia, fazendo deles o lado mais bem armado em termos de navios de alto bordo. Por conseguinte, a partir de certa altura, o simples desequilíbrio de forças navais entre o Estado da Índia e a VOC bastou por si só para determinar o desfecho do conflito. É intenção desta comunicação olhar para as raízes desta diferença de desempenho logístico relacionando-a com os problemas que afligiram na época a ligação marítima entre Portugal e a Ásia, a chamada Carreira da Índia.

## **1.4. Dinâmicas de trabalho e mobilidade**

Chair: Marcelo Borges (Dickinson College)

### **Jonatán Orozco Cruz (Universidad Pablo de Olavide, Sevilla)**

*Cádiz y el asiento de esclavos: conectores y entramados mercantiles locales para una empresa atlántica (1675-1685)*

El comercio de esclavos con Indias constituyó uno de los flujos comerciales más importantes de la Edad Moderna. Desde finales del siglo XVI, la Monarquía Hispánica había delegado la introducción de esclavos negros en América en empresas particulares. En una primera fase, la cual terminó con la guerra de secesión portuguesa en 1640, la titularidad de los “asientos de esclavos” (contratos monopolísticos para el rescate e introducción de esclavos) recayó sucesivamente en particulares portugueses. La dependencia con éstos fue tan importante que, durante la década de 1640, la Corona paralizó la concesión de asientos para implantar un sistema de licencias administrado por la Casa de la Contratación. En 1663, se reactivó y refundó el sistema de asientos, contratando con la compañía de Grilo y Lomellín la introducción de 24.000 piezas de Indias en 7 años.

Nuestra propuesta se enmarca en los asientos comprendidos entre 1675 y 1685, firmados entre la Monarquía Hispánica y el Consulado de Mercaderes de Sevilla, primero, y con la compañía de Juan Barroso del Pozo y Nicolás Porcio Nose, después. El desplazamiento geográfico de la titularidad del asiento lo llevan desde Madrid a Sevilla y desde Sevilla a Cádiz. Este último coincidiendo con la recuperación, en 1679, de la cabeza del sistema de flotas en el puerto gaditano. Este desplazamiento no fue casual, durante las últimas décadas del siglo XVII, Cádiz y su bahía constituyeron un “polo económico” con influencia en toda la región. La capacidad de atraer capitales extranjeros (holandeses, portugueses, italianos, franceses e ingleses), así como su privilegiada posición frente al comercio con Indias, hicieron de Cádiz la base de operaciones ideal para un comercio de la envergadura del asiento de esclavos. La ponencia tratará de ahondar en el papel de Cádiz y sus comerciantes como conectores del mundo atlántico (Sevilla, Lisboa, Ámsterdam, Londres, etc.), así como con su hinterland, configurando redes transnacionales de comercio para la articulación del asiento de esclavos. Por tanto, enfatizaremos en la composición de estas redes, capaces de operar a nivel atlántico partiendo de un fuerte arraigo en lo local. Para ello usaremos tanto fuentes a escala local, documentos de los archivos históricos provinciales de Cádiz y Sevilla, como fuentes de carácter estatal, provenientes del Archivo General de Indias y el Archivo General de Simancas. Nuestra intención es hacer coincidir la participación en este encuentro con una estancia de un mes para hacer diferentes catas en archivos portugueses.

### **Pedro Marcelo Staevie (Uni. Fed. Integração Latino Americana-IGOT/ ULisboa)**

*Portugueses no mercado de trabalho amazônico entre o final do século XIX e início do século XX: alguns apontamentos iniciais*

Como sabido, durante o período compreendido entre 1870 e 1950, uma leva significativa de imigrantes europeus se deslocou do velho continente em direção à América, inclusive o Brasil. Ainda que em proporções menores que em outras regiões do país, a Amazônia brasileira recebeu uma quantidade

significativa destes imigrantes, em particular portugueses, que tiveram um papel importante na formação do mercado de trabalho urbano no período considerado. Parte deste movimento migratório está atrelado ao período do chamado “Ciclo da Borracha” (1880 – 1912), mas, não só a ele, como propomos o período considerado neste trabalho. Após o fim deste “ciclo” (borracha), verifica-se uma continuidade na chegada de imigrantes portugueses na região. No presente ensaio, a partir de uma ampla revisão bibliográfica acerca do tema específico (migração de portugueses para a Amazônia) e do debate teórico (distintas “teorias migratórias”) e pesquisas documentais em arquivos públicos em Belém (PA) e em Manaus (AM) procuramos analisar o papel dos imigrantes portugueses na formação do mercado de trabalho dos principais estados da Amazônia brasileira, como destaque para as capitais Belém e Manaus, entre 1870 e 1950, período que marca também o despertar e amadurecimento do processo de industrialização no território brasileiro. Tanto no âmbito da demanda, como na oferta de trabalho, é importante o papel do imigrante português na formação do mercado no período considerado.

### **Yvette Santos (IHC-NOVA FCSH)**

*O projeto nacional de transporte marítimo dos emigrantes portugueses para o Brasil no final da Segunda Guerra Mundial*

Nesta comunicação pretendo analisar a estratégia de exploração da linha marítima do Atlântico-sul (Portugal-Brasil) no transporte de emigrantes após a II Guerra Mundial. Este período constituiu um momento-chave em que o Estado português reafirmou o estreitamento dos laços com o Brasil, se assumiu como agente regulador e protetor dos interesses das companhias portuguesas de navegação e adotou uma política de emigração caracterizada pelo seu monopólio na gestão das saídas.

Os estudos desenvolvidos para os casos estrangeiros evidenciaram como se processavam e se cruzavam os interesses e as influências de cada um dos atores na dinamização migratória (o migrante, as companhias de navegação e os governos dos países de acolhimento) para identificar os pontos de conexões existentes entre elas, e o impacto dessas relações assim como dos comportamentos migratórios nas estratégias empresariais adotadas durante o ciclo migratório favorável da Belle Époque (Keeling, 2012; Feys, 2013)

Procurando seguir este modelo que dá ênfase a uma abordagem transnacional para o entendimento da dinâmica migratória a partir das companhias de navegação, vamos analisar em que medida o negócio do transporte marítimo de emigrantes portugueses para o Brasil foi importante para delinear a estratégia empresarial da Companhia Colonial de Navegação e as políticas nacionais do Estado Novo, e questionar o nível de preparação e de adequação dos meios utilizados para a elaboração e a execução do projeto. Para tal, queremos perceber como a conjuntura nacional e internacional do imediato pós-guerra poderá ter incidido sobre essa estratégia. Depois, vamos identificar os contornos e os objetivos que levaram à decisão estatal e empresarial em apostar na rota Portugal-Brasil assim como nos meios utilizados para chegar ao projeto final. Três principais atores, atuando em várias escalas, vão ser destacados: o governo ditatorial que define as orientações e o enquadramento para a execução da exploração da linha; a Companhia Colonial de Navegação encarregue de explorar a rota Portugal-Brasil e o negócio do transporte de emigrantes portugueses; os diferentes atores que desempenharam um papel estratégico para elaborar ou travar e finalização deste projeto (agentes de passagens e passaportes/agentes de viagem, colônia portuguesa no Brasil, outras companhias de navegação, sejam elas estrangeiras ou nacionais).

## **I.5. Autarcia na era dos fascismos: para uma história económica transnacional**

Org. Leonardo Aboim Pires & Inês José (IHC-NOVA/FCSH)

Chair: Leonardo Aboim Pires (IHC-NOVA/FCSH)

Os fascismos emergentes entre as décadas de 1920 e 1930 propuseram um caminho alternativo ao liberalismo económico. Perante a falência do modelo liberal, e não esquecendo a prática de intervencionismo estatal ensaiada durante a I Guerra Mundial, o nacionalismo político emergente depressa se imiscuiu no plano económico, preconizando o forte intervencionismo estatal e a redução das dependências externas, assente no princípio da autossuficiência, quando não mesmo da autarcia, da promoção de uma economia fechada face ao exterior, antítese da circulação entre espaços económicos, sobretudo de bens essenciais. Neste contexto, não é de olvidar as consequências que a crise económica dos anos 30 teve no exacerbar das visões defensoras deste modelo, fazendo uso de uma retórica assente em argumentos de cariz nacionalista, a que não foram alheios os usos da propaganda como forma de inculcação do ideal autárquico.

A tentativa de implementação de regimes autárquicos não se esgotou na observação da realidade económica de forma isolada. Na óptica dos seus defensores, a capacidade atuante e a exequibilidade da autarquia seria conseguida através das práticas científicas e da investigação académica, desaguando numa visão centrada numa lógica tecnocrática.

Se no caso alemão (Tooze 2006), italiano (Helstosky, 2004; Morgan 2009) e espanhol (Payne 1997; Barciela López 2003; Carreras & Tafunel 2003), a historiografia tem aludido, com alguma frequência, à problemática da autarquia nos regimes de Hitler, Mussolini e Franco, no contexto da historiografia portuguesa, a produção sobre o conceito e a sua prática é mais reduzida, pontuando apenas alguns trabalhos (Miranda 1987; Miranda 1989; Rollo 2007; Garrido 2010).

Atendendo à centralidade ocupada pela autarquia nos postulados da política económica dos fascismos, o que demonstra a transnacionalidade deste mesmo conceito, é nossa intenção reflectir sobre a temática através da realização deste painel, promovendo uma leitura comparada dos principais regimes fascistas da Europa dos anos 30 e 40 (Itália, Alemanha, Portugal e Espanha). Através dos contributos dos investigadores Álvaro Garrido, Juan Pan-Montojo e Tiago Saraiva, será feita uma reflexão sobre a sua operacionalidade, com particular peso no sector primário, os mecanismos institucionais criados, o seu desenvolvimento e consequências económicas nos sectores produtivos e os impactos na investigação científica.

### **Álvaro Garrido (FEUC/CEIS20)**

*A autarquia económica do Estado Novo português: um balanço historiográfico*

Esta comunicação propõe um balanço historiográfico das perspectivas e principais interpretações sobre o conceito e as práticas de autarquia económica levadas a efeito pelo Estado Novo português. Partindo de uma discussão heurística sobre o uso do conceito de autarquia no próprio discurso das elites políticas e instituições do Estado Novo, começamos por discutir os limites e ambiguidades que a ideia de autarquia tomou na concretização dos principais programas de autarquia económica do regime. Considerando que se trata de um conceito sobrestimado na historiografia portuguesa, faremos uma resenha crítica da historiografia que mais fixou uma visão autárquica da política económica do regime e identificaremos alguns marcos de revisão desse entendimento. Para terminar, procuraremos articular as novas perspectivas da autarquia económica com a nova vaga de estudos comparativos sobre os fascismos e sobre o corporativismo.

### **Juan Pan-Montojo (Universidad Autónoma de Madrid)**

*A autarquia franquista e a agricultura: um projecto ideológico ou uma solução pragmática para um tempo bélico e de bloqueio?*

Nos últimos anos foram frequentes os debates sobre a natureza da autarquia franquista e mais em geral sobre as suas políticas económicas nos anos 40 e 50. Esta comunicação quer fazer uma abordagem a esses debates por meio da análise das políticas agrárias aplicadas pelo franquismo na década de 1940, tanto desde a perspectiva dos seus fundamentos ideológicos e políticos, como desde a perspectiva da sua aplicação, sobre a base dos textos dos sindicatos franquistas e dos engenheiros agrónomos do Servicio Agronómico do Estado Nuevo.

## **Sessões Paralelas 2 / Parallel Sessions 2**

### **2.1. Three puzzles from early Portuguese sovereign debt (1500-1793)**

Org. António Castro Henriques (FEP-UP)

Chair: João Paulo Salvado (CIDEHUS-UÉvora)

Portugal had one of seemingly less eventful systems of public debt in the early modern period: low (and decreasing) interests, solid commitment, strong demand and stability of the credit instruments (the juro). However, despite these remarkable features, this experiment has attracted very little research, making Portugal something of an absent country in the wide and expanding field of the history of public credit. The FCT-funded project “Sovereign debt and private credit in Portugal (1668-1797)” (PTDC/HAR-HIS/28809/2017) aims at filling this blank. The papers presented here will address some of the most puzzling research questions: António Henriques will set King Manuel I’s decision to issue juros in 1500 in



context, considering both the Aragonese and Castilian experiences, as well as the prevalent interest rates in the private market. Leonor Freire Costa and Susana Miranda will address the trajectory of the interest rates demanded in each new debt issue by the Portuguese in the seventeenth and eighteenth centuries. Finally, Isabel dos Guimarães Sá and Lisbeth Rodrigues will evaluate the attractiveness of the public debt instrument from the demand side, using the archives of a major borrower: the Misericórdia of Porto. The papers will combine earlier research from the authors with newly-retrieved archival materials.

**António Castro Henriques (FEP-UP)**

*Merchant, Soldier, Borrower, King. The first Portuguese emissions of juros (1500) in a comparative perspective*

What led King Manuel I to issue Portugal's first long-term debt instruments (juros) in 1500? Indeed, in the contemporary European context, long-term funded debt was a relative oddity for a territorial state such as Portugal. Systems of credit emerged in cities and/or urban networks: local governments in Aragon, Flanders and France, self-ruling imperial cities and Italian city-states like Florence and Venice. The only noticeable exceptions were Aragon (where a network of cities provided capital and know-how) and Castile. This paper discusses three possible explanations for Portugal's early adoption of an annuity-based system of credit: the military demands of Portugal's geopolitical position; the fiscal needs of the newly-open Indian trade; the private interests of king's most important subjects. In order to answer this question, the paper will consider three types of evidence: the identity of the first buyers of public debt instruments (juros); the internal capital market and the European comparative context, most of all Castile and Aragon.

**Leonor Freire Costa (GHES/CSG-ISEG/ULisboa) & Susana M. Miranda (GHES/CSG-ISEG/ULisboa)**

*Disguised defaults and puzzling moments in debt management: Portugal's public credit, 1600-1780*

The renewed interest in public-debt management after the 2008 financial crisis (Reinhard and Rogoff 2009) found early modern Portugal in stark contrast with other absolutist monarchies, such as Spain and France. Portugal seemingly had an outstanding public debt management from 1570 to 1828, with no evidence of recurring defaults. However, mainstream literature in economic history ascribes a high political risk to absolutist regimes which affected interest rates trends in public and private credit markets (North and Weingast, 1989; Coffman, Leonard and Neal, 2013). The Portuguese case seems to challenge one of these two theses. It either had critical moments in debt management, and possibly many instances of default as it occurred in contemporary absolutists' regimes, or the political constitution of a state is not a determinant variable of the political risk and the interest rates trend (Glaeser, La Porta, Lopez-de-Silanes and Shleifer, 2004). However, thus far, public debt in early modern Portugal has not been studied in light of these research questions (Gomes, 1883), so that Portugal's idiosyncratic performance has yet to be checked and explained.

In this paper, we deliver the first output of a research project on public debt and private credit markets in Portugal (1500-1800). We identify the critical moments of public debt management in the 17th century and look for the foundations for the recovery of the state's credible commitment in the early 18th century. We put forward the hypothesis that the state's ability to borrow and to renegotiate interest charged on earlier issuances of *padrões de juro* relied on the revenue streams that collateralized these securities, so that fiscal income derived from colonial revenues may have played a crucial role. The royal debt in the Portuguese absolutist regime bore the features of "public debt" just like in parliamentary England because the debt was assigned constant tax streams and hence was not affected to kings' decease. This hypothesis entails that different political constitutions can lead to similar outcomes, given the role of the colonial economy, which is a variable seldom considered in the literature on the development of financial systems in early modern Europe.

**Lisbeth Rodrigues (GHES/CSG – ISEG/ULisboa) & Isabel dos Guimarães Sá (CECS/ICS-UM)**

*Private and public credit in the Misericórdia of Porto, 1574-1800*

This paper intends to explore the evidence relating to the credit operations of the Misericórdia of Porto from its foundation until the end of the Restoration War in 1668. Although sources are not complete and only start from the 1560s onwards, it is possible to identify its debtors, as well as the first acquisitions of public debt bonds (*padrões de juro*).

We will start by establishing a chronology relating the private and public credit, with the purpose of detecting potential crowding out. The second issue is the identification of donors of *juros* and debtors, and

their insertion in the political context of the kingdom and, in particular, of the city of Porto. Where did the lent funds come from? Were there preferential institutions or persons to lend money to? What motivated the Misericórdia to invest in these two credit markets? What was the impact of the directives of the Crown in the configuration of these investments?

## **2.2. Conflitos e resistências nos impérios ibéricos: geografias e lideranças (séculos 16-19)**

Org. Graça Almeida Borges & Mafalda Soares da Cunha (CIDEHUS-UÉvora)

Chair: Mafalda Soares da Cunha (CIDEHUS-UÉvora)

Esta sessão pretende discutir, sob várias perspectivas, as lideranças dos movimentos de revolta e de resistência nos impérios ibéricos entre os séculos 16 e 19. Focar-se-á nos movimentos protagonizados por grupos dominados, procurando atender a algumas questões: a capacidade de liderança e de mobilização política e social dos grupos dominados nos territórios coloniais dos dois impérios; as diferentes formas de liderança e as características dos líderes; os recursos utilizados para a mobilização de grupos e comunidades; os meios de comunicação utilizados por estes líderes; as formas em que eram representados internamente, pelos grupos que lideravam, e externamente, pelos grupos que enfrentavam; e as formas em que estes líderes e lideranças eram tratados pelos centros de decisão em momentos de conflito, ruptura e tensão social. Procurar-se-á, no limite, perceber melhor de que forma estas lideranças, e as suas nuances de acordo com o contexto colonial em que os movimentos de revolta e resistência ocorriam, condicionaram, ou não, a ordem política e social dominante e a própria evolução dos impérios ibéricos.

**Graça Almeida Borges** (CIDEHUS-UÉvora)

*Lideranças e resistências na Ásia e na América (séculos 16-17)*

Esta comunicação analisará a forma como as autoridades ibéricas, na metrópole e nos territórios ultramarinos, discutiram e geriram as lideranças dos movimentos de resistência protagonizados por populações nativas em diferentes territórios dos impérios ibéricos. Observar-se-ão os diferentes protagonismos de movimentos de revolta que ganharam forma na América espanhola e no Estado da Índia, centrando-se a análise, em particular, nas resistências dos índios mapuches ou araucanos nas margens do rio Bío Bío, no Chile, e nas resistências das populações nativas no Ceilão. Estas foram resistências que se manifestaram contra os projectos de colonização e expansão territorial ibéricos e que, por essa razão, foram amplamente discutidos nos principais palcos de decisão. Assim, a partir da análise de documentação de instituições e agentes em Portugal, Castela e nos territórios ibéricos ultramarinos, como consultas, ordens, decretos, alvarás e outras correspondências que animaram o processo de decisão multipolar característico das monarquias ibéricas, procurar-se-á perceber a importância das lideranças destes movimentos para os centros decisores, quer metropolitanos, quer coloniais, e a capacidade destes líderes para mobilizar grupos e comunidades nativas, mas também para influenciar o próprio processo de decisão. O objectivo central é aferir a capacidade de agency destes líderes e, por consequência, dos grupos dominados em processos de mudança política e social nos impérios ibéricos modernos.

**Marina Torres Arce** (Universidad de Cantabria)

*Protestas urbanas en la Sicilia española: liderazgo popular, resistencia y movilización social*

En el Antiguo Régimen crónicas urbanas, memorias, diarios, así como la documentación generada por instancias oficiales, caracterizaron a menudo la participación popular en actos de resistencia y protesta en las ciudades que implicaron movilización social y violencia como fruto del hambre y la miseria, si no de la irracionalidad, la furia y el caos, minusvalorando el protagonismo histórico de los grupos subalternos, su iniciativa y capacidad de negociar y gestionar intereses propios a través de esas acciones. Desde hace tiempo estas interpretaciones han venido siendo revisadas y debatidas por la historiografía, introduciéndose la consideración de las protestas populares como una oportunidad para los integrantes del heterogéneo universo popular para actuar y hablar por sí mismos (W. Beik), conscientes de sus problemas y activos en la búsqueda de soluciones. En este paper nos ocuparemos de analizar, a través de actos de resistencia y protesta concretados en ocasiones como tumultos y protagonizados por integrantes de los sectores populares en la ciudad de Palermo durante la coyuntura de la crisis sucesoria española en el tránsito de los siglos XVII y XVIII, la capacidad y recursos activados para organizarse y movilizarse por parte de aquellos que ocupando posiciones marginales o excluidos de ámbitos formales de decisión política

y de gobierno, buscaron afectar la toma de decisiones que impactaban en la comunidad local, pero también tener voz en decisiones de mayor calado político como las que se plantearon en la Monarquía hispánica en el contexto de la guerra de sucesión española.

#### **Nuno Gonçalo Monteiro (ICS-ULisboa)**

*Conflitos, resistências e instituições nos mundos locais portugueses setecentistas*

O objectivo específico desta intervenção é o de produzir uma tipologia e uma geografia dos conflitos nos mundos rurais portugueses (c. 1700- c. 1834) cruzando-os com as instituições locais e com as formas como podiam ser dirigidos por certos mediadores institucionais e agentes.

### **2.3. Alimentação, abastecimento e industrialização**

Chair: Juan-Pan Montojo (Universidad Autónoma de Madrid)

#### **Dulce Freire (FEUC)**

*Circulation and adaptation: regional impacts of New World crops in the Iberian Peninsula (18th and 20th centuries)*

From the 15th century onwards, the introduction and dissemination of new crops changed agriculture, landscape and food throughout the Iberian Peninsula and Europe. Some of these crops (such as corn, tomato, potato) have deserved detailed historical studies, but others remain almost unknown or even forgotten. Crossing historical documents from different origins, this paper presents the first results of the ReSEED project, which is under way. One of the objectives of this project is to identify the regional impacts of these various new crops in the Iberian Peninsula.

#### **Inês José (IHC-NOVA/FCSH)**

*Estado e regulação do abastecimento alimentar na transição para a paz (1919-1926)*

Terminada a Grande Guerra, a permanência da crise de subsistências impediu o regresso imediato à liberdade de comércio no respeitante à circulação de bens alimentares. Perante esse cenário, o poder central continuou a chamar a si a responsabilidade de garantir o acesso da população a géneros alimentícios essenciais, regulando o abastecimento através da requisição de géneros, da limitação da laboração da indústria alimentar ou da regulação do trânsito de determinados produtos no mercado interno.

A Primeira Guerra Mundial introduziu alterações no carácter da intervenção do Estado no domínio dos abastecimentos, alterações essas que importam ser exploradas, na medida em que os seus impactos pesaram na formulação de novas preocupações e novos enunciados económicos relacionados com a alimentação pública (Helstosky, 2004, pp. 1-2; Garrido, 2010, pp. 61-65), problemática que deve ser lida no contexto mais amplo dos «projectos de autarcia económica» que caracterizaram as experiências autoritárias europeias emergentes na década de 1920 (Miranda, 1987, pp. 249-250).

Parte de uma parte de uma investigação mais abrangente, esta comunicação pretende contribuir para uma reflexão sobre a transição, no caso português, de uma economia de guerra para o período de paz, uma questão que ainda permanece por aprofundar na nossa historiografia. Embora atentando principalmente no papel do Estado, a leitura proposta permitirá igualmente contribuir para a apreensão da dinâmica das dependências internas no domínio da produção e circulação de géneros alimentícios, num país que se debatia com a incapacidade produtiva face às necessidades de consumo.

Assim, nesta comunicação procurar-se-á identificar, entre 1919 e 1926, as iniciativas dos últimos governos republicanos para fazer face à permanência do problema do abastecimento alimentar em Portugal, através de um mapeamento prévio dos principais problemas de abastecimento interno que se inscreveram nos anos que se seguiram ao termo da Grande Guerra, compreendendo, além da questão da falta de géneros, outros desafios que lhe ficaram associados, como os do âmbito da saúde pública. A análise, que assentará na legislação produzida neste período e nos debates que lhe antecederam - ou que se seguiram à sua publicação -, contará ainda com uma análise de como essas medidas foram recebidas, através de exemplos colhidos na imprensa de âmbito nacional e regional.

#### **João Pedro Santos (IHC-NOVA)**

*Adeus ao mundo industrial: Uma reflexão em torno do conceito de desindustrialização na região de Setúbal*

A passagem dos anos setenta para os anos oitenta representou uma profunda transformação na estrutura económica e social do mundo ocidental, levando ao que hoje conhecemos como processo de desindustrialização. No caso português, essas transformações tiveram particular impacto na região de Setúbal, onde se formou uma grande concentração industrial e um movimento operário com fortes tradições de resistência e reivindicações de direitos. Longe do período de crescimento vivido nos anos 60 – fruto da expansão de empresas como os estaleiros navais da Lisnave e Setenave, Siderurgia Nacional, Quimigal e de uma massiva migração interna oriunda do Alentejo – a região de Setúbal nos anos 80 foi sobretudo marcada pelos salários em atraso, despedimentos em massa e uma elevada contestação social. Tomando as transformações vividas nesta região como ponto de partida empírico, pretende-se nesta comunicação problematizar o conceito de desindustrialização e a sua relevância para compreender o processo de crise experienciado em Setúbal nestes anos. Para tal, revisitarei os debates surgidos sobretudo no mundo anglo-saxónico, onde se dá aquilo que podemos definir como um “cultural turn” no olhar sobre estes processos económicos. Longe de uma perspectiva economicista dos anos oitenta, onde as principais preocupações eram contabilizar o fecho das fábricas e o número de despedidos, nos anos noventa assiste-se a uma nova perspectiva desenvolvida por Jefferson Cowie e Joseph Heathcott que pretendem repensar a cronologia, memória, relações espaciais, cultura e política do fenómeno conhecido por desindustrialização.

Ao desenvolver uma reflexão em torno do conceito de desindustrialização e da sua aplicabilidade à região de Setúbal, pretendo alcançar dois resultados. Um primeiro, prende-se com a tentativa de um novo olhar sobre este processo que vá além da análise de indicadores económicos e possibilite compreender o impacto da crise industrial nas formas de vida operária que se estruturaram sobretudo a partir do trabalho fabril. E, para além disso, ao olhar para o caso de Setúbal a partir deste conceito enquanto lente que nos permita constituir uma possibilidade generalizadora, pretendo inserir a região num quadro global que torne possível a comparação com fenómenos semelhantes ocorridos noutras geografias.

## 2.4. International Monetary Dynamics

Chair: John Schulz

**José Luís Cardoso** (ICS-ULisboa)

*Money, banking and politics in early nineteenth-century Portugal*

Pretende-se discutir o processo de criação do Banco de Lisboa (em dezembro de 1821), no contexto do movimento liberal vintista e do debate sobre os problemas económicos e financeiros que envolveram a primeira revolução liberal portuguesa, designadamente no que se refere à gestão da dívida pública e ao controlo da emissão e circulação de papel-moeda. Serão analisados os diversos projetos de solução bancária apresentados à Comissão de Fazenda das Cortes Constituintes (Arquivo Histórico Parlamentar), muitos dos quais permanecem por estudar. Merecerá atenção a discussão pública testemunhada em diversos folhetos e jornais da época, que incluíam opiniões e comentários sobre temas relacionados com a administração da dívida e a circulação monetária. Será dado destaque ao estudo dos primeiros acionistas e diretores do Banco de Lisboa e à análise das operações desenvolvidas nos primeiros anos da sua existência (entre 1822 e 1828). O estudo sobre as funções e atribuições do Banco de Lisboa será enquadrado numa perspetiva mais ampla sobre a génese das instituições bancárias portuguesas e sua comparação com congéneres europeias.

**Luciano Amaral** (NOVA SBE), **Álvaro Ferreira da Silva** (NOVA SBE) & **Duncan Simpson** (ICS-ULisboa)

*Successful non-compliance: IMF Interventions in Portugal between 1977 and 1979*

On 8th May 1978, the Portuguese Government and the Bank of Portugal (BoP) signed a letter of intent requesting a stand-by-arrangement (SBA) with the International Monetary Fund (IMF) for the purpose of helping Portugal deal with difficulties in its balance of payments. On 5th June the SBA was approved for the period between 5th June 1978 and 31st March 1979. This is normally considered to be the first “IMF intervention” in Portugal. However, new evidence unearthed at the IMF’s archives has revealed that, in reality, there had been one prior “intervention” – subject to conditionality but without specific performance clauses -, in the form of an SBA for the period of one year starting on 25th April 1977.

So, rather than two “IMF interventions” in Portugal between 1978 and 1985 (1978-79 and 1983-85), we should start mentioning three interventions. But the story does not end here, for, also according to new evidence found at the IMF’s archives, Portugal did not comply with a significant part of the conditionality (or austerity measures) imposed by the IMF in the 1978-79 SBA. This happened despite the fact that the correction of foreign imbalance was successful, as recognised by the IMF itself. The consequence of such non-compliance was that the fund did not give any assistance to Portugal for this SBA. In the absence of IMF assistance, Portugal dealt with its balance of payments deficit through a large loan put forth by a consortium of 14 countries, a loan that had been conditioned on Portugal signing a new SBA with the IMF. Portugal needed an SBA in 1977 due to the combined impact of the international and national crises, leading the current account to pass from a 2% of GDP surplus in 1973 to an 8% deficit in 1978. It needed a new one in 1978 because the corrective measures had been ineffective. But the quick correction of 1978, accompanied by very mild reduction of economic growth, raises the question of whether it was the fact that Portugal did not comply with the agreed austerity that allowed the “intervention” to be successful while at the same time not imposing too heavy a toll on economic growth. Paradoxically, it was the fact that Portugal did not follow the IMF recipe that perhaps permitted that recipe to be apparently successful.

**Maria Eugénia Mata (NOVA-SBE) & Mário Roldão (NOVA SBE)**

*Sustainability in a Monetary Union: Main factors in the Escudo Zone Monetary Union*

An extensive literature praises economic integration and monetary areas as a powerful means for economic convergence and growth of nations.

Several aspects have been pointed out as key factors for successful economic convergence, such as the role of departing levels of development (for positive contagion effects on less-developed partners), human capacities expressed in labour availability and mobility, geographic proximity to core markets and partners, government policies expressed in public spending, and transmission-mechanisms of monetary policies.

This paper examines the role of key factors in the historical case of the Escudo monetary area, thereby contributing to the discussion of labour mobility for sustainability and convergence in economic integration.

## **2.5. Políticas sociais em tempos de descolonização: do local ao global**

Org. José Pedro Monteiro (CES-UC)

Chair: José Pedro Monteiro (CES-UC)

O colonialismo tardio português, estendendo-se por 30 anos, foi marcado, concomitantemente, por crescentes pressões para a materialização de uma ordem racial não discriminatória e, mais tarde, para a transferência de soberania política e, por outro lado, pelo esforço de governantes, ideólogos, administradores e peritos, científicos e “sociais”, imperiais para promover políticas e planos socio-culturais que reforçassem a presença colonial portuguesa nas várias parcelas do império.

Trata-se de um período marcado por dois desenvolvimentos históricos fundamentais, relacionados ainda que não rigidamente coincidentes no tempo. Por um lado, assiste-se, após 1945, a uma acentuada internacionalização das questões imperiais, num contexto de consolidação dos regimes da auto-determinação e dos direitos humanos, multiplicando-se os actores e instituições que se relacionavam com a questão imperial. Por outro, o recontro entre as aspirações das populações autóctones e os projectos de resiliência imperial agudizavam-se, chegando a uma confrontação militar em três frentes.

As apresentações aqui propostas abordam a forma como o império português se relacionou com as dinâmicas do colonialismo tardio, procurando olhar para as várias políticas sociais imaginadas e aplicadas, num contexto marcado por uma crescente circulação intra e inter-imperial e internacional de populações, técnicos e saberes. Marcada ainda por uma crescente contestação ao domínio imperial português, que se materializava no local mas também internacionalmente. Trata-se de uma história multifacetada, marcada pela contingência histórica e pela capacidade de o estado-império a ela se adaptar.

As três apresentações aqui propostas tratarão de domínios desta história ainda por explorar mas que são fundamentais para a compreensão do colonialismo tardio português. Cláudia Castelo explorará a forma como as dinâmicas de movimento e concentração de populações, estimuladas directa ou indirectamente, organizadas em função de critérios raciais (mas não só), marcaram os anos finais do império. Hugo Dores, por sua vez, aborda a questão da educação colonial, aspecto fundamental da legitimação imperial e da contestação anti-colonial, que só pode ser pensada de forma integrada com aquilo que eram os desenvolvimentos internacionais. Por fim, Philip Havik trata o domínio da saúde colonial, explorando as

dinâmicas de reforma dos serviços de saúde, os seus (in)sucessos, relacionando-as com o objectivo, também político, de “elevar” a condição das populações “indígenas” e com aquilo que eram as práticas internacionais.

### **Cláudia Castelo (CES-UC)**

*Aldeamentos e colonatos: processos e impactos sociais em tempo de guerra*

A comunicação pretende analisar, em paralelo, dois processos concomitantes: a concentração das populações (Ajaua/Yao e Nianja) em aldeamentos e a criação de colonatos ou núcleos de povoamento agrário para portugueses da metrópole (sobretudo da ilha da Madeira) no distrito do Niassa, no extremo noroeste de Moçambique, como resposta do Estado português à luta de libertação nacional encetada pela FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique) em Setembro de 1964. Ambos os processos articulam a questão da segurança e da soberania nacional com a questão do desenvolvimento colonial, equacionado em termos de crescimento económico e de “promoção social”. Além disso, corporizam numa escala espaço-temporal mais circunscrita dois processos mais amplos: a concentração de populações africanas e a colonização branca idealizadas e/ou levadas a cabo no âmbito de políticas de povoamento e planeamento social nos meios rurais de Angola e Moçambique desde, pelo menos, o período entre-guerras. Depois de se dar conta da genealogia destes processos, far-se-á um zoom in à sua tradução no Niassa, caracterizando-se as populações envolvidas e discutindo-se os impactos sociais, em particular no modo de vida e no quotidiano dos sujeitos envolvidos.

### **Hugo Gonçalves Dores (CES-UC)**

*Um conceito imperial em mutação: a “educação de base” entre debates internacionais e políticas educativas nas colónias em África (1946-1957)*

Em meados dos anos de 1940, os poderes coloniais estavam conscientes das possibilidades que novas e renovadas políticas educativas poderiam trazer para o desenvolvimento económico e social das colónias. O período entre-guerras havia trazido um interesse revigorado da questão e o deflagrar da Segunda Guerra Mundial apenas atrasou os planos de aplicação de um sistema educativo que deveria ir muito além de estratégias simplificadas e de, assumia-se, pouco impacto socioeconómico. No pós-guerra, a ideia de uma “educação de base” para as populações coloniais, como elemento fundamental dessa estratégia de expansão educacional, atingiu um novo patamar de notoriedade, através de novos usos políticos e mediáticos e da circulação de propostas, adaptações e, claro, críticas.

Logo no Verão de 1946, durante os trabalhos do Comité de Educação da Comissão Preparatória da UNESCO, diversos especialistas em educação debruçaram-se sobre os estudos e inquéritos realizados no pós-guerra, desenvolvendo um conceito educacional que se queria de alcance internacional, ainda que o seu principal objectivo fosse as populações das regiões menos desenvolvidas. O conceito de “educação de base” – que não se restringia à formação básica de aprender a ler, escrever e contar –, tomou múltiplas formas, incluindo em si objectivos amplos e, muitas vezes de difícil definição, como progresso social e desenvolvimento económico das populações visadas.

Se a UNESCO assumiu a “educação de base” como política oficial da organização, pronta a exportá-la, para combater a iliteracia e para promover o desenvolvimento social, também os poderes coloniais adaptaram os princípios gerais do conceito, correlacionando-o com os seus próprios propósitos de desenvolvimento e progresso coloniais, interligando-o a projectos de formação profissional, ensino técnico ou educação de adultos, entre outros.

Esta comunicação acompanha o conceito de “educação de base”, pensado para as populações coloniais, a partir do pós-guerra e da sua adopção em instâncias internacionais, para perceber de que modo diversos actores contribuíram para moldá-lo às circunstâncias e aos seus objectivos particulares e como a circulação de conceitos educativos contribuíram para a construção de uma ideia que dificilmente se poderá usar no singular. Sublinhando momentos significativos, como as Conferências Inter-Africanas sobre Educação (1954 e 1957), realizadas no âmbito da interimperial CCTA, procura-se compreender como os poderes coloniais (com destaque para Portugal) apropriaram os princípios deste conceito e procuraram aplicá-lo no terreno, onde sofreu igualmente adaptações e contestações.

### **Philip Havik (IHMT-NOVA)**

*Os constrangimentos ao ímpeto reformista na saúde no período do colonialismo Português tardio (1945-1975)*

Na fase pós 1945, as reformas empreendidas pelo governo metropolitano no espaço imperial abraçaram o sector da saúde nas colónias com um projeto aparentemente progressista, que propôs estender os benefícios da medicina social às 'populações indígenas' ao mesmo tempo que combatia as endemias principais que as flagelavam. Com o intuito de colocar o enfoque na medicina preventiva e reduzir os altos níveis de mortalidade e morbidade infantil e adulta, a reforma dos Serviços de Saúde coloniais, em 1945, enfatizava a descentralização e desburocratização dos serviços para aumentar a sua eficácia e alcançar a tão desejada ocupação sanitária com equipamentos e recursos humanos adequados. Apesar da adoção de uma perspectiva desenvolvimentista, a introdução dos Planos de Fomento em 1953 não trouxe recursos financeiros significativos ao sector da saúde colonial até o III Plano de Fomento (1968-1973). A maior coordenação das políticas de saúde a partir de 1960, que promoveu as reformas dos serviços de saúde coloniais em 1964 e 1969, também não conseguiu disfarçar os problemas que os serviços enfrentaram durante o conflito armado, no contexto de um continente em transformação. A notável falta de quadros, de equipamentos, de financiamento e da coordenação entre os vários ramos, tal como a militarização dos serviços, demonstraram os limites das reformas e da capacidade do sistema de acolher e tratar o fluxo crescente de utentes. A presente comunicação pretende analisar a evolução dos serviços, identificar os constrangimentos e as suas causas, e avaliar o impacto das reformas e políticas sobre os serviços e as populações em Angola e Moçambique no período sob consideração. Para tal, propõe ajustar a noção da dinâmica do desenvolvimento a da estagnação, explorando os condicionantes e limites do ímpeto reformista, e a capacidade de adaptação e resiliência de sistemas numa situação crítica.

## Sessões Paralelas 3 / Parallel Sessions 3

### **3.1. Do longe ao perto: as Misericórdias portuguesas entre o local e o global**

Org. Isabel dos Guimarães Sá (CECS/ICS-UM)

Chair: Isabel dos Guimarães Sá (CECS/ICS-UM)

As Misericórdias desenvolveram uma rede de comunicações entre si que possibilitava a troca de correspondência epistolar não só entre estas confrarias ao nível do Reino, como também com os territórios da expansão oceânica. Foram utilizadas para transmitir legados e heranças, ou para operar transferências de capital para os familiares daqueles que tinham partido para os territórios ultramarinos. Num mundo em que as comunicações eram difíceis e morosas, as Misericórdias asseguravam uma logística que lhes permitia interligar lugares distantes entre si, e que funcionou sobretudo em relação ao Estado da Índia, embora também para o Brasil, ainda que sob modalidades distintas. As cartas embarcavam para Lisboa nos navios da carreira da Índia a partir de Goa, o centro das Misericórdias asiáticas. Daí partiam para as localidades de destino, muitas vezes também através de uma rede local de caminheiros que as faziam chegar a lugares recônditos.

Através de alguns estudos de caso, esta sessão pretende conhecer melhor as dinâmicas de relacionamento entre os interesses particulares dos indivíduos e os das Misericórdias enquanto instituições que articulavam o local e o global.

#### **Maria Antónia Lopes (CHSC-FLUC)**

*Uma fortuna que chegou de Manila: Manuel Soares de Oliveira testador da Misericórdia de Coimbra (1675)*

Em 1675 faleceu em Manila Manuel Soares de Oliveira que fora assessor e auditor geral do governador das Filipinas, mas era português nascido em Pereira, vila próxima de Coimbra. Fez da Misericórdia desta cidade herdeira da sua enorme fortuna. São objetivos desta investigação perceber: o que motivou a ida deste homem para Manila; como se explica a sua ascensão no sistema colonial castelhano; como se integrou e enriqueceu nessas paragens; o que o levou a testar a favor de uma instituição onde manifestamente era desconhecido; como se procedeu à transferência da fortuna entre os dois impérios, processo (adiante-se já) que não foi pacífico e teve de recorrer às mais altas instâncias; como foi aplicada a herança pela Misericórdia de Coimbra. Para tal, há que explorar não só a documentação da Santa Casa coimbrã, como do Arquivo Geral das Índias (entre outros), além dos estudos de que dispomos sobre a sociedade de Manila no século XVII, onde encontramos o testador entre os mais poderosos da cidade.

### **João Miguel Fernandes** (Universidade do Minho)

#### *A transmissão de bens à escala intercontinental na Misericórdia de Aveiro (Século XVI-XVIII)*

O presente trabalho pretende contribuir para o estudo da problemática da transmissão de bens nos espaços de presença portuguesa, salientando os papéis que homens e mulheres assumiram neste processo. As razões que explicam o protagonismo das Misericórdias na transferência de heranças provenientes do império para a metrópole começam a ser um pouco melhor conhecidas. Várias razões o podem explicar, como por exemplo a fiabilidade destas confrarias que usufruíam da confiança das populações. Convém também recordar que os legados testamentários constituíam uma receita significativa para estas instituições, já que quando não eram herdeiras universais, recebiam uma parte da herança pelo seu trabalho.

De forma a executarem este serviço, as Misericórdias criaram um sistema funcional complexo, onde a cooperação entre as Santas Casas assume particular relevância. Apesar de gozarem de autonomia administrativa, juntavam-se num objetivo comum, criando uma rede que interligava as diferentes partes do Império português, conectando-as com a metrópole.

Através da análise documentação conhecida como “Cartas da Índia” pertencente ao Arquivo da Misericórdia de Aveiro, bem como da dos testamentos associados, tentaremos compreender a forma como este serviço era realizado, a partir de um enfoque de género, avaliando os diferentes papéis que homens e mulheres assumiram enquanto testadores, testamenteiros e herdeiros.

### **António Fernando da Silva Ribeiro** (Universidade do Minho)

#### *Um estrangeiro entre o Porto e o Brasil: o caso de René de Grenoble*

Este estudo pretende abordar o caso de René de Grenoble, um mercador francês residente no Porto, que praticou atividades comerciais entre Portugal e o Brasil e que ao morrer constituiu sua herdeira a Santa Casa da Misericórdia da cidade.

Num primeiro momento abordaremos os recursos descritos no seu testamento, em confronto com o inventário de bens elaborado após a sua morte, para sabermos a que atividades económicas se dedicou ao longo da vida, e vislumbrarmos um pouco daquilo que terá sido a sua inserção na cidade enquanto estrangeiro. Nestes documentos, conseguimos obter informação que nos permite verificar o tipo de comércio realizado por René de Grenoble, os produtos comercializados e até interpretar as realidades que se relacionam com esta atividade no Porto seiscentista.

Num segundo momento, analisaremos a sua relação com os recursos transmitidos à confraria, seguindo a perspectiva de que um homem solteiro e sem filhos (embora se tenha apurado depois que tinha um filho natural) estava livre para dedicar a totalidade dos seus recursos, fruto da sua atividade, à sua salvação eterna. Neste caso, constituíam uma forma de reafirmar a identidade católica do seu autor, numa época em que as rupturas religiosas entre protestantes e católicos causavam desconfianças acrescidas em relação a estrangeiros.

Dessa forma procuraremos saber em que medida o estatuto de estrangeiro se articula com a trajetória de vida deste indivíduo, qual a influência deste mesmo estatuto nas suas relações e transações comerciais, como o seu espólio pode influenciar na caracterização deste mercador, numa tentativa de vislumbrar as suas estratégias de inserção num ambiente social que provavelmente lhe era estranho.

## **3.2. Poderes, ofícios e negócios**

Chair: Renata Malcher de Araujo (UAIG)

### **Nelson Vaquinhas** (Câmara Municipal de Loulé/ CIDEHUS-UEvora)

#### *Provimientos em igrejas e benefícios das Ordens Militares no século XVIII*

A proposta de comunicação que se apresenta aborda os provimentos em igrejas e benefícios eclesiásticos das Ordens Militares. Estes concursos eram muito frequentes no século XVIII e obedeciam a regras e a prazos. Eram processos que envolviam vários procedimentos administrativos e diferentes intervenientes, tanto do centro como da periferia. Tinham o seu início ao afixarem-se os editais com as vacaturas. A partir daqui apresentavam-se as oposições aos lugares. Mesmo que implicasse ficar colocado a muitas léguas das “suas pátrias”. Em algumas ocasiões, concorria-se, estrategicamente, no anseio de ser provido em local próximo do seu domicílio.



A mobilidade estava bem patente nas carreiras dos eclesiásticos que acumulavam concursos no seu curriculum. Assistiu-se a um verdadeiro esquema de transferências protagonizado pelos párocos que transitavam com frequência de um lugar para outro em busca de uma colocação cada vez mais vantajosa para si. Constituíam também um elemento catalisador de comunicação e de informação entre o centro e as periferias. Mantinha, desta forma, uma estrutura assegurada pela comunicação regular em terras superintendidas pelas Ordens Militares. Ao longo do processo de provimento estabeleciam-se diversos contactos, nos vários trâmites administrativos, para recolha e entrega de informação. Feitas as diligências, a circulação dos documentos era feita por portadores e correio. Para além da informação, os candidatos deslocavam-se dos seus domicílios até à Corte para oficializarem as candidaturas e realizarem os exames inerentes ao processo.

Desta forma, o tribunal das Ordens gerou informação sobre a suficiência, vida e costumes de inúmeros concorrentes que ambicionaram ingressar ou manter-se no serviço de um benefício de uma igreja das Ordens Militares. Quais eram as motivações desses candidatos? Quais as razões para muitos destes indivíduos optarem pela mobilidade entre igrejas? Por fim, que procedimentos, circuitos, e tipologias documentais eram desenvolvidos no âmbito dos processos de provimento? Estas são algumas das questões que se pretende dar resposta.

### **Helen Osório** (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

*O exercício de uma jurisdição: camaristas, oficiais e território da câmara do Rio Grande de São Pedro, segunda metade do século XVIII*

A comunicação aborda os poderes locais na capitania mais meridional do império português, que possuiu especificidades em sua constituição devido a sua situação de fronteira imperial, tendo vivenciado várias conjunturas de guerra. A câmara da vila de Rio Grande de São Pedro foi fundada em 1751 e permaneceu como único poder municipal de um vastíssimo território até 1808. Sua sede foi trasladada duas vezes para diferentes freguesias.

A construção territorial é analisada a partir das diferentes jurisdições que se instituíram, civis e eclesiásticas, no marco do Estado do Brasil. É analisada a câmara de vereadores, seus membros e seus oficiais, em especial o juiz ordinário, os juizes vintenários e os oficiais das tropas de ordenanças. Também averigua-se a abrangência do exercício de seus poderes, os âmbitos decisórios dessa única câmara existente, verificando sua atuação política e territorial e as matérias sobre as quais realmente deliberavam. Utiliza-se como fonte principal a totalidade das atas das sessões da câmara no período de 1766 a 1800, e a documentação avulsa do Arquivo Ultramarino, em especial a correspondência da câmara com a Coroa.

### **Maria Luiza Ferreira de Oliveira** (Universidade Federal de São Paulo)

*Negócios e política no Atlântico em meados do XIX: a atuação dos cônsules de Portugal nos portos do Recife e do Rio de Janeiro*

Entre 1826 e 1862, os cônsules portugueses nos portos do Recife e do Rio de Janeiro articularam negócios diversos pelo Atlântico, sendo o principal o tráfico de escravos. Três homens de uma mesma família, os Moreira, controlaram o posto por décadas, prestando serviços de natureza variada. Neste trabalho, procuramos compreender as estratégias utilizadas pelos cônsules para garantir esse lugar, as disputas nas quais se envolveram e os diferentes papéis que assumiram. Eles atuaram nas lutas políticas liberais portuguesas fornecendo armas e navios para a ilha terceira, na guerra contra D. Miguel. Durante a Guerra da Cisplatina, cederam uma embarcação para a marinha brasileira. Na rebelião Praieira, o cônsul ofereceu ajuda ao governo pernambucano, disponibilizando tropas portuguesas do navio de guerra que havia sido enviado de Lisboa por conta da revolta. Fica claro como cuidavam dos relacionamentos políticos; no Brasil, tiveram acesso direto ao regente e a ministros, além da família real. Sobre a influência em Angola, correu a versão que a queda do governador geral daquela província, o experiente Almirante Noronha, teria sido articulada do Rio de Janeiro, por João Moreira. Ao mesmo tempo que azeitaram as engrenagens do tráfico ilegal, negociaram taxas com o governo brasileiro, buscando vantagens para os negociantes da praça do Porto e de Lisboa. À pedido do governo português, intermediaram, do Brasil, o fluxo de trabalhadores pobres entre a Ilha da Madeira, os Açores e os campos de frentes de expansão agrícola em Angola. Traziam também para o Brasil esses trabalhadores, e jornais acusaram-nos de traficantes de “escravos brancos”. Agenciaram o povoamento de Moçamedes, enviando luso-brasileiros moradores do Brasil para a

colônia agrícola militar, assim como cuidaram do envio de mestres de açúcar, artesãos, além de mudas e sementes de variadas plantas.

A atuação dos cônsules Moreira esteve permeada por conflitos; essa disputa envolveu a edição de folhetos, a organização de subscrições; até uma biografia foi encomendada para defender o nome de João Moreira. Sendo assim, para além da correspondência oficial, são variadas as fontes disponíveis para a análise do papel dos cônsules na circulação de pessoas e na articulação de negócios entre o Brasil, Portugal e Angola. Mesmo que fossem muitas as acusações da atuação ilegal dos Moreira, foram mantidos na representação diplomática portuguesa por décadas. Talvez por terem acumulado expertise importante na defesa dos interesses do comércio português pelo Atlântico no período. Talvez, também, por saberem sobre o envolvimento dos grandes no nefando comércio.

### **3.3. Estado Novo: mercado, conflito e repressão**

Chair: Luciano Amaral (NOVA SBE)

**Duncan Simpson** (ICS-ULisboa)

*Para uma história social da PIDE: balanço historiográfico e novas pistas de investigação*

Este paper propõe uma reflexão crítica sobre o estado atual da historiografia da PIDE, apontando para os métodos da história social como instrumento suscetível de renovar os modelos interpretativos e levar a um melhor entendimento a influência da PIDE no seio da sociedade portuguesa.

É organizado em três partes. Na primeira, tentar-se-á perceber até que ponto as problematizações que têm orientado a historiografia da PIDE procuraram integrar nas suas análises o conjunto da sociedade portuguesa enquanto objeto de estudo. Veremos que, quer na literatura especializada (I. Pimentel, M. Ribeiro, J. Madeira, P. Silva, R. Nunes), quer na literatura generalista (F. Rosas, R. Ramos, A. Reis, H. Martins), a sociedade tem sido apreendida, na sua relação com a PIDE, pelo prisma de uma dicotomia que reduz essencialmente o conjunto dos agentes sociais a duas categorias: os oposicionistas (alvos da repressão, socialmente muito heterogéneos), e o resto da população (considerada quase exclusivamente enquanto vítima passiva da vigilância preventiva exercida pela PIDE). Na segunda parte, tentaremos perceber os fatores que contribuíram para este estado de coisas, afim de podermos melhor delinear vias alternativas de pesquisa. Veremos que o tipo de problematização que tem caracterizado a historiografia da PIDE deve ser entendido no contexto das “lutas pela memória” que começaram depois do 25 de Abril. As representações da PIDE desde 1974, transmitidas através de múltiplos vetores memorialísticos (comemorações, livros, filmes) foram marcadas pela vontade de preservar a memória da luta contra a ditadura salazarista. Num contexto marcado pela falta de vitalidade da sociedade civil, a própria historiografia foi fortemente influenciada pela vontade em combater o que se considerava ser o risco de esquecimento da violência política do regime, o que logicamente condicionou os seus questionamentos, resultando na persistência de modelos interpretativos centrados na perspetiva das vítimas da repressão. Na terceira parte, apontaremos para novas vias de investigação capazes de restaurar a sociedade (diferenciada em termos socioeconómicos e geográficos, com ênfase no vasto segmento da população que não se envolveu na oposição) ao papel de ator histórico na sua relação com a PIDE. Implicam o recurso a novas fontes arquivísticas (cartas de denúncia) e novas metodologias (história oral, inquérito social) com potencial para revelar as múltiplas formas de inter-relação entre a população e a polícia política (desde estratégias de evitamento até práticas de acomodação ou colaboração) e assim enriquecer a nossa compreensão dos fatores que contribuíram para a durabilidade do regime salazarista.

**João Pereira dos Santos** (NOVA SBE), **José Tavares** (NOVA SBE) & **Jorge Marques Pereira** (Bocconi University)

*The War is Next Door and the Reds are Coming: The Spanish Civil War and the Portuguese Stock Market*

The Spanish Civil War (July 1936 to April 1939) was a key event that paved the way for World War II, unfolding with unprecedented violence and uncertainty over the final outcome. In this paper, we analyze the impact of the events of the Spanish Civil War on the Portuguese stock returns. Portugal is a particularly interesting venue for analysis given its geographical exposure and historical ties to Spain, on the one hand, and political ties to the Nationalist side. Unlike previous studies of stock market responses to World War II outcomes, in our period of analysis the world at large was at peace, allowing for a clearer attribution of causation. We examine investors' reactions to news from the Spanish War using a panel of

weekly returns for firms listed in the Lisbon Stock market, after classifying a series of important developments of the Spanish Civil War, classified according to its nature – military or political, and which contender came out favoured – the Republicans, on the left, or the Nationalists, on the right. We run specifications with static and dynamic fixed effects, controlling for the reference interest rate in London, and events in Portugal. Our results reveal that Spanish Civil War events affect negatively returns, especially events that are military in nature. When we break down our sample into overseas firms – those whose most significant assets were located in Africa, and non-overseas firms, the latter are affected by Nationalist victories in the military front, while the former are affected by Republican victories in the political front, and unaffected by military developments. Our findings are robust to the different specifications and suggest that both general uncertainty and partisan preferences affect Portuguese returns.

### **Fábio Faria (CIES-ISCTE-IUL)**

*Refugiados em Portugal. Repressão e controlo no contexto da Guerra Civil de Espanha (1936-1939)*

No contexto da Guerra Civil de Espanha assistiu-se a uma diáspora protagonizada pelos republicanos espanhóis que, em Portugal, procuravam escapar à perseguição que lhes era dirigida pela fãção franquista, incluindo-se também neste conjunto indivíduos que não manifestavam qualquer simpatia política e que apenas queriam escapar ao conflito armado e salvar as vidas.

Estes refugiados entraram preferencialmente pela via terrestre, sendo a maioria originária das províncias espanholas fronteiriças com Portugal, pelo que, muitas vezes, atravessavam a pé as zonas montanhosas de acesso ao país e entravam clandestinamente no território nacional.

Na tentativa de travar a entrada de indivíduos que eram considerados indesejáveis, sobretudo tendo em conta as suas tendências políticas ou porque se encontravam indocumentados, o regime salazarista desenvolveu um sistema repressivo, nomeadamente através do estabelecimento de um maior número de postos de vigilância fronteiriços e do reforço dos mesmos com mais efetivos e do estreitamento da colaboração entre as diversas forças policiais e militares, tais como Polícia de Vigilância e Defesa do Estado, Guarda Fiscal, Guarda Nacional Republicana, Polícia de Segurança Pública e Exército.

Apesar das medidas tomadas pelo governo português com vista o fechamento da fronteira luso-espanhola, foram inúmeros os espanhóis que conseguiram transpor a raia e entrar em Portugal. O destino que estes indivíduos sofreram ao pisarem em solo nacional foi variado: muitos foram entregues às forças nacionalistas na fronteira pouco tempo após entrarem em Portugal, outros foram expulsos do país depois de passarem pelas prisões ou por campos de internamento e outros ainda conseguiram iludir a vigilância e a repressão das autoridades portuguesas e permaneceram em Portugal pelo espaço de meses ou anos.

Desta forma, Portugal constituiu o principal meio de fuga para estes espanhóis, sobretudo nos momentos iniciais do conflito armado, percorrendo essencialmente os espaços junto à fronteira luso-espanhola, com destaque para os distritos de Viana do Castelo, Bragança, Portalegre, Évora e Beja, sendo que muitos destes indivíduos olhavam para o território nacional como uma forma de chegar aos países da América Latina, onde os esperavam maiores facilidades, nomeadamente ao nível linguístico e cultural.

Esta comunicação tem como principal objetivo abordar a passagem de refugiados espanhóis por Portugal do ponto de vista da ação repressiva exercida pelo regime salazarista com o objetivo de impedir a sua entrada no país, assim como a sua permanência em território nacional.

### **3.4. Trocas e circulação de objectos**

Chair: Graça Almeida Borges (CIDEHUS-UÉvora)

#### **Paulo Alexandre Morgado e Cunha (FLUP)**

*As Feiras Algarvias nos alvares da Modernidade: um modelo de adaptação à economia local*

O Algarve ocupa uma posição de destaque na historiografia nacional, tanto no período medieval, como no período moderno. Cedo se afirmou como um espaço de exceção no quadro do Reino de Portugal, desenvolvendo intensas relações comerciais com o Norte da Europa. No entanto, muito pouco se tem escrito sobre o papel desempenhado pelas feiras nesse comércio, fruto de uma conceção que liga as feiras tardo-medievais ao comércio terrestre.

Excetuando-se o caso de Loulé (fundada por D. Dinis) as restantes feiras algarvias surgem tarde, já nos derradeiros anos do século XV. Embora possuam semelhanças com as restantes feiras da época e se insiram na tradição das feiras portuguesas, as do Algarve constituem um modelo diferenciado. Recebem

privilégios muito específicos, ligados ao comércio marítimo, à importação de bens do Norte da Europa e à exportação de fruta. Desta forma, adaptam-se à realidade económico-comercial da região.

Com esta apresentação pretendo, em primeiro lugar, compreender o seu papel na economia do Algarve nesse período. Em segundo, perceber o lugar destas feiras na globalidade do caso português, de forma a melhor compreender estas instituições e o seu desenvolvimento no nosso país. Para tal, irei analisar a documentação relacionada com as feiras algarvias dos séculos XV e XVI, como as cartas régias que as instituem e estabelecem os seus privilégios. Depois irei compará-las com as restantes feiras a nível nacional e relaciona-las com o que é conhecido acerca da situação algarvia daquela época.

### **Catarina Monteiro (NOVA/FCSH)**

*“Outra cinta que foi da Infante Dona Izabel”*: a circulação de objectos entre duquesas, infantas e rainhas ibéricas (séculos XV-XVII): uma proposta de estudo

A circulação de objectos na Época Moderna acontecia sob variadas formas e com diversos propósitos. Desde o tracto comercial às migrações populacionais, os objectos que se transportavam carregavam em si mesmos diferentes valores. Entre eles, conta-se o valor económico e o de âmbito sentimental ou memorialístico. Os objectos levados em dotes de casamentos, deixados em testamento a personalidades específicas ou até enviados como presentes para figuras de outros reinos exemplificam a conjugação destes dois aspectos, aliando-se, grande parte das vezes, a um terceiro valor: o de semióforos.

Tendo em mente esta tripla tradução do objecto (valores económico, sentimental/memorialístico e semióforo), a nossa comunicação pretende escrutinar, pelo menos, três questões: que tipo de objectos circula entre as diferentes mulheres das Coroas ibéricas, que valor têm (consonante ou não com o seu propósito) e de que forma esse valor se altera mediante a conjuntura e os contextos em que circula.

A base documental revela-se complexa, pretendendo abranger os vários espaços em que os objectos circulam (enviados em dotes, junto com as duquesas e infantas; deixados em testamentos a indivíduos do reino de origem e/ou de acolhimento; e entregues como presentes, referidos na correspondência que os acompanham). O âmbito cronológico da nossa análise principia no final da primeira metade do século XV, com o matrimónio da infanta D. Brites com o infante D. Fernando, estendendo-se até meados do século XVII, com o casamento de D. Catarina de Bragança em Carlos II de Inglaterra.

Na mesma linha temporal, e para o caso da Casa real espanhola, perscrutamos a documentação de Juana I, baseando-nos no inventário dos seus bens, feito em 1509, até Maria Teresa de Áustria, mulher de Luís XIV de França. Apesar de ambiciosa, preferimos estruturar a nossa comunicação como um pequeno contributo para uma futura análise mais completa.

### **Teresa Pinto (CEMRI-Universidade Aberta)**

*De Peniche a Paris, com Maria Augusta Bordalo Pinheiro: as rendilheiras de bilros e a persistência das artes que eram ofícios em finais do século XIX*

Esta comunicação pretende cruzar mobilidades femininas e transferências de conhecimentos e mestrias com as dinâmicas do trabalho realizado por mulheres para o mercado em finais do século XIX, a partir do impacto dos saberes transportados e dos saberes adquiridos por Maria Augusta Bordalo Pinheiro quando, em 1887, se instalou na vila de Peniche. Artista distinta, com participação em diversas exposições de Belas Artes, membro do afamado Grupo do Leão, foi a sua nomeação como diretora da escola de ensino de desenho industrial e da respetiva oficina que a transportou para o seio de uma comunidade de rendilheiras com características específicas no contexto português coevo.

Constituindo a pesca e a indústria de rendas de bilros as atividades económicas essenciais no concelho de Peniche, sublinhe-se que o fabrico de rendas para o mercado era, em Peniche, uma atividade exercida pelas mulheres a tempo inteiro, mercê de uma rígida divisão sexual do trabalho. A atividade piscatória, fragilizada no último quartel do século, era particularmente abalada por duros invernos que a tornavam uma atividade sazonal, deixando a subsistência das famílias dependente da atividade das rendas de bilros, executada pelas mulheres. Urgia, assim, que esta se revitalizasse num contexto de modernização internacional e de maior exigência dos estratos sociais consumidores, de que as exposições industriais, nacionais e internacionais constituíam, na época, barómetros incontornáveis.

De uma rendilheira veterana daquela localidade, Maria Augusta Bordalo Pinheiro aprendeu a manusear os bilros, arte que ela nunca mais abandonaria, a par da pintura, participando com os seus trabalhos, nas duas modalidades, em exposições nacionais e internacionais. Mas o retorno para a arte e ofício das rendas de

Peniche não foi menor. Em 1989, a coleção de rendas de bilros das alunas da escola de Peniche, com base em desenhos originais de Maria Augusta Bordalo Pinheiro, figurou na Exposição Universal de Paris de 1889 e foi premiada com uma medalha de ouro. Os seus desenhos originais e o apuramento técnico que introduziu revalorizaram as rendas de bilros de Peniche a nível nacional e internacional.

Com base em fontes coevas diversificadas, como estatísticas e inquéritos, correspondências, relatórios e catálogos oficiais, publicações periódicas oficiais, estudos, ensaios e artigos em jornais e revistas, foi possível traçar o processo de revitalização de uma arte oficial feminina num período de reconversão económica marcado pela industrialização progressiva, e problematizar o alcance do trabalho das mulheres na economia de mercado em finais do século XIX.

### **3.5. O Mar e a industrialização das pescas: Dinâmicas globais e impactos locais.**

Org. Francisco Henriques (ICS-ULisboa/PIUDHist)

Chair: Pedro Neves (ISEG-ULisboa)

A análise do passado das actividades marítimas convoca, simultaneamente, as dimensões global e local de actividades como a pesca, que dependeu de recursos finitos e migratórios e de hábitos de consumo diversos. Neste painel, estudam-se as pescas e as actividades a ela associadas em Portugal, no marco de um processo longo de industrialização que se estendeu desde finais de Oitocentos até ao segundo pós-guerra. Os estudos de caso sublinham a necessidade de atender aos fenómenos a montante e jusante da "cadeia de oferta de peixe" para compreender o sucesso da indústria da pesca. É dada especial atenção aos processos de crescimento das estruturas portuárias e da construção naval, bem como da indústria transformadora e do comércio internacional.

Joaquim Vieira Rodrigues apresenta um balanço sobre a indústria de conservas de peixe no Algarve, cujo crescimento abrupto após a Primeira Guerra Mundial trouxe problemas de regulação e dimensão que atraíram a intervenção do regime autoritário. O sector da indústria conserveira, depois de ter sido estudado por Salazar em 1931, foi um dos primeiros a ser reorganizado segundo uma lógica corporativa, determinada pelo Estado, com o objectivo de melhorar as exportações. A partir de 1939, a intervenção estatal adaptou-se à conjuntura da economia de guerra, propiciando o fabrico de conservas de peixe como um produto estratégico nas relações com os beligerantes.

Diogo Ferreira discute o caso de Setúbal, centrando a análise no desenvolvimento do seu porto no período entreguerras. Após várias décadas de reclamações dos interesses locais, o lançamento das obras portuárias coincidiu com a Ditadura militar e o apoio que lhe foi decretado pelas elites regionais. Em plena crise internacional, a reorganização portuária dirigida pelo engenheiro Cid Perestrello previa uma maior abertura comercial da península de Setúbal ao exterior. Todavia, a experiência de Setúbal revela também como as obras públicas nem sempre foram capazes de reverter o ciclo de decadência dos recursos disponíveis, sobretudo na pesca de sardinha.

Francisco Henriques discute o crescimento da pesca de sardinha nas décadas posteriores à Segunda Grande Guerra. Além dos progressos tecnológicos incorporados na actividade extractiva, a pesca foi estimulada pelo aumento do consumo de sardinha fresca e a conjuntura externa favorável às exportações de conservas de peixe. Apesar do crescimento sustentado, a redução das capturas a partir de 1967 introduziu o problema da sustentabilidade e da pressão sobre os stocks de sardinha, bem como os riscos da especialização no consumo e na indústria transformadora.

#### **Joaquim Manuel Vieira Rodrigues (IHC-NOVA)**

*A Indústria de Conservas de peixe no Algarve (1865-1945)*

A indústria de conservas de peixe foi durante muitas décadas das mais importantes do país. Com capitais nacionais e estrangeiros a indústria de conservas expandiu-se rapidamente. A Primeira Guerra Mundial foi o momento do seu take-off (1914-1924). Dependente essencialmente dos mercados externos a indústria sofreu o impacto de crises. É no contexto de algumas dificuldades atravessadas pela indústria conserveira que, em Novembro de 1931, Salazar visitou os centros conserveiros do Algarve.

A crise de alguns sectores económicos do país, como as conservas, e a construção de um novo tipo de Estado, perante a falência dos sistemas demoliberais conduziram à intervenção do Estado Novo, plasmado no corporativismo (Grémios e Sindicatos Nacionais). E dar-se-á a cartelização autoritária da indústria conserveira, assim como a introdução do condicionamento industrial, este já implementado durante a Ditadura Militar.

A Segunda Guerra Mundial foi um dos períodos mais faustos para o sector, não pelas quantidades exportadas, mas pelos valores alcançados. Os centros algarvios foram fortemente atingido pela falta de peixe, pelas dificuldades na aquisição de folha-de-flandres e dos transportes. As conservas de peixe – e o volfrâmio – estiveram no centro de uma guerra económica que teve como protagonistas, para além de Portugal, a Inglaterra e a Alemanha de Hitler. Os centros conserveiros do Algarve tiveram uma quota destacada de exportação de todas as espécies de conservas de peixe, quer para a Inglaterra, quer para a Alemanha. Para ambos os produtos o «ouro nazi», produto do espólio confiscado aos judeus nos campos de concentração/extermínio, serviu para os pagar. Durante a II GM, conserveiros e os volframistas arrecadaram avultados lucros. Após o fausto a decadência. Do imponente parque industrial – muitas dezenas de fábricas e milhares de operários/os - conserveiro pouco permanece.

### **Diogo Ferreira (IHC-NOVA)**

*As obras de reestruturação do porto de Setúbal (1923-1934): A construção de uma nova porta para o mundo*

O porto de Setúbal, a partir da segunda metade do século XIX, foi um dos pontos de maior circulação de pessoas e mercadorias do país. O movimento de embarcações portuguesas e estrangeiras, foi impulsionado, principalmente, pela comercialização dos produtos locais, nomeadamente o sal, a laranja, o pescado e o moscatel. Este dinamismo ganhou maior fulgor com o take-off do sector conserveiro, tornando Setúbal uma das capitais de um produto que foi essencial para a alimentação das tropas nas trincheiras.

Não obstante, a capitania e o poder municipal estavam conscientes das deficientes condições infraestruturais do porto, que o impediam de receber navios de grandes dimensões e que o tornavam subsidiário do porto de Lisboa. Não surpreende, pois, que os planos de reestruturação remontem ao eng.º John Dennie, em 1855, e se tenham prolongado até ao início da I República.

Esta comunicação tem como objectivo inicial apresentar a relevância do porto no quadro nacional e as suas intensas relações comerciais internacionais no início do século XX. Num segundo momento, aborda o primeiro plano geral de reestruturação do porto, elaborado em 1912 - depois da aprovação da construção da ferrovia do Vale do Sado -pelo eng.º Lisboa de Lima, que não saiu do papel devido ao deflagrar da Grande Guerra.

Em seguida, avaliar-se-ão os debates sobre a concretização de um dos desejos da elite política local, em particular do deputado Joaquim Brandão: a Junta Autónoma do Porto de Setúbal e do Rio Sado (fundada a 18.12.1923). Analisar-se-á a acção deste organismo, no que diz respeito à execução de pequenas obras e de extensos relatórios e contas, à gestão do projecto e obtenção do empréstimo para o mesmo (26 milhões de escudos) ou à abertura do concurso, ganho pela firma Hojgaard & Schultz, de Copenhaga.

Aproveitando o clima de euforia da I Exposição Regional de Setúbal, que decorreu entre Julho e Agosto e que foi um dos momentos altos de propaganda da Ditadura Militar na cidade, abordar-se-á o significado político do lançamento da primeira pedra em 28 de Julho de 1930, que contou com a presença do Presidente da República Óscar Carmona. Por fim, estuda-se o papel do eng.º Cid Perestrello que, em 1925, passou a dirigir as obras com o objectivo de o trazer para modernidade e comparar-se-ão valores estatísticos das décadas de 20 e 30 para se observarem os efeitos positivos de um porto que abriu as portas de Setúbal ao mundo.

### **Francisco Henriques (ICS-ULisboa/PIUDHist)**

*A economia política da pesca de sardinha em Portugal: produção, consumo e comércio internacional (1950-1973)*

Nas duas décadas após a Segunda Guerra Mundial, a pesca de sardinha teve um crescimento excepcional suscitado por alterações profundas na oferta e na procura. A modernização das frotas, das estruturas portuárias e dos circuitos de distribuição e conservação do pescado alargaram os períodos de captura e a qualidade dos produtos. Por outro lado, o crescimento demográfico e as necessidades de abastecimento público ditaram o aumento do consumo de sardinha fresca, enquanto a indústria de conservas continuou a absorver cerca de metade das capturas. Nos anos 50, Portugal consolidou a posição de maior exportador europeu de conservas de peixe, cujo valor representava mais de 10% das receitas totais das exportações.

A história das pescas não se deve cingir à dimensão pitoresca das comunidades marítimas, ao peso pouco expressivo das capturas no produto interno bruto ou à análise das políticas nacionais. O peixe, por ser um recurso comum e finito, é disputado pelas frotas de várias nações, com regras específicas de acesso às águas onde são mais abundantes as espécies com valor comercial e nutritivo. Os mercados de produtos da

pesca, com uma integração global na segunda metade do século passado, exigem uma história transnacional das cadeias de oferta de peixe, dedicada não só aos progressos tecnológicos, mas também às mudanças de hábitos de consumo e práticas de comercialização.

Nesta comunicação, o objectivo será compreender o sucesso da pesca de sardinha como parte de um problema mais vasto: as relações económicas externas do regime autoritário e a necessidade de promover as exportações de conservas para compensar as importações de outros bens alimentares, como o bacalhau. A estratégia de valorização da pesca de sardinha será estudada a partir dos programas de fomento à modernização das embarcações e na forma como as empresas do sector pesqueiro aproveitaram essas oportunidades. As publicações oficiais do Estado Novo enaltecem o apoio estatal à grande transformação das pescarias costeiras, mas o seu crescimento deverá ser relativizado através da comparação com outros países, a partir dos relatórios produzidos pela O.C.D.E. Por fim, sugerimos que a especialização da pesca na sardinha terá sido uma espada de dois gumes: enquanto se mantiveram boas condições de acesso aos recursos e abundância de sardinha, a pesca prosperou; mas assim que as capturas se reduziram espontaneamente, no final dos anos sessenta, o sector demonstrou dificuldades em diversificar a produção, colocando em causa o princípio da sustentabilidade das capturas.

## Sessões Paralelas 4 / Parallel Sessions 4

### 4.1. Grupos intermédios e “classe média”: classificações e trajetos sociais (séculos XVII-XIX)

Org. Nuno Gonçalo Monteiro (ICS-ULisboa)

Chair: Nuno Gonçalo Monteiro (ICS-ULisboa)

Tema com amplas raízes nos discursos sobre a história ibérica, a questão dos grupos intermédios do Antigo Regime e da «classe média» no primeiro liberalismo tem vindo a receber uma renovada atenção na historiografia recente. Nela se cruzam, por um lado, uma maior sensibilidade aos usos das classificações sociais e, por outro, a inovação nas metodologias e nas fontes estudadas.

#### Isabel dos Guimarães Sá (CECS/ICS-UM)

*Limiares: formas de distinção dos grupos intermédios entre os doadores da Misericórdia do Porto*

Os grupos intermédios, pela própria natureza da sua posição, apresentam patamares de distinção difíceis de precisar, quer no que toca aos limites superiores quer inferiores. A maior parte dos elementos de distinção conta com a titulação dos indivíduos (partindo do próprio ou dos seus contemporâneos) e com o estilo de vida (comportamentos e consumo). Partindo destes três elementos, todavia, continua difícil classificar estatutos sociais médios, sendo que a negociação dos próprios indivíduos com a comunidade adquire algum peso. A partir da análise de um meio particularmente sensível à mobilidade social ascendente – uma confraria de elite que aceita doações post-mortem (de forma quase indiscriminada) consagrando o desejo de ascensão das elites emergentes— pretende-se apurar quais os comportamentos adequados a este tipo de estratégia e ponderar a sua eficácia.

#### Andreia Durães (CECS-Universidade do Minho)

*A difusão do consumo de objetos de luxo nas camadas intermédias (Lisboa nos finais do Antigo Regime)*

Tem-se tornado cada vez mais evidente que a prosperidade económica experienciada nas últimas décadas do século XVII conduziu a uma mudança no comportamento de consumo na Europa Ocidental. Libertando-se do constrangimento da escassez que, durante muito tempo, caracterizou o seu mundo material, os indivíduos começaram a consumir bens numa escala anteriormente impensável. O aumento do desejo de possuir bens de luxo não ficou confinado às classes superiores. As classes baixas e intermédias dos centros urbanos da Europa, seguidas pelas suas congéneres nas comunidades rurais, desenvolveram o gosto por esse tipo de objetos. Alguns autores notam mesmo que a mudança nas práticas de consumo foram lideradas pelas camadas intermédias.

Incidindo o nosso olhar sobre a realidade portuguesa, queremos analisar a participação das camadas intermédias lisboetas neste processo de aumento da posse de objetos de luxo. É nossa intenção partir de uma amostra de 375 inventários de bens para caracterizar o comportamento destes grupos relativamente

ao consumo de um conjunto de objetos conotados com o luxo, nomeadamente objetos ligados às atividades intelectuais, como a leitura, a escrita e a medição do tempo; à sensibilidade relativamente às artes, como a música, a pintura e a gravura; e objetos de aparato, como os tremós. Queremos traçar o perfil socioeconómico e socioprofissional dos consumidores destes objetos para, no limite, aquilatar os fatores mais determinantes para a sua disseminação (condição económica ou ocupação).

### **Pablo Ortega del Cerro (ICS-ULisboa)**

*De nobleza media a clase media: identidades familiares de los oficiales de la Armada españoles (1750-1850)*

Desde principios del siglo XVIII hasta 1836, los cadetes de la Armada tuvieron que demostrar su nobleza. Todos ellos debían presentar unas pruebas de nobleza e, incluso, hasta 1865 unas pruebas de distinción. Más allá de esta norma, se estaban produciendo una serie de cambios sociales de gran importancia, sobre todo en las formas de jerarquización social y la representación social de la distinción. Este trabajo pretende abordar este problema a través de los oficiales de la Armada españoles entre 1750 y 1850, concretamente a través de las identidades que estas familias utilizaron cuando quisieron entrar en la Armada. A través de una selección de casos, se podrá observar la forma en que estas parentelas hacen un viraje desde la adscripción noble tradicional (linaje, tierras, capellanías, antigüedad, sangre...) a otra forma de representación que enfatizan los valores que van a monopolizar las clases medias a mitad del siglo XIX (familia horizontal, propiedad, honradez, recursos económicos, estudios, méritos personal...).

## **4.2. Contratação fiscal e exploração de monopólios no império português: Estado e negociantes (séculos XVII-XVIII)**

Org. João Paulo Salvado (CIDEHUS-UÉvora)

Chair: Jorge Pedreira (NOVA FCSH)

Na esteira da obra de Douglass North sobre as instituições, a literatura tem vindo a destacar a importância dos arranjos institucionais entre o Estado e as elites económicas na exploração dos impérios e as suas implicações na repartição da riqueza (Bordo e Cortés-Conde 1993; Ekelund e Tollison 1997; Coatsworth 2005; Acemoglu et al. 2005). Para o período moderno, esses arranjos institucionais concretizaram-se, entre outros aspectos, na definição de políticas mercantilistas pelas quais os estados modernos europeus impuseram barreiras para garantir a exclusividade das trocas, cuja exploração foi entregue aos naturais, seja por intermédio de companhias majestáticas (Inglaterra, Províncias Unidas, França), guildas de mercadores (Espanha) ou a comunidade mercantil (Portugal). Consequentemente, estudos recentes têm demonstrado que uma parte substantiva das rendas geradas pelos impérios foi apropriada pelos negociantes das respectivas metrópoles (Gauci 2007; Zahedieh 2010; Bustos Rodríguez 2005).

Fazendo parte do lote das cinco potências comerciais atlânticas (Costa et al. 2015), Portugal também proporcionou aos seus negociantes oportunidades de participação nas rendas geradas pelo império. No caso vertente, além do comércio colonial, essas oportunidades concretizaram-se ainda quer na exploração dos direitos de monopólio (pimenta, escravos, pau-brasil), que a monarquia definiu para si desde o início da expansão, quer na cobrança de receitas fiscais em contexto colonial. Esta última actividade ganhou particular relevância no século XVIII com o ciclo mineiro e foi causa de enriquecimento de muitas casas mercantis de Lisboa (Pedreira 1995 e 1996; Salvado 2019). Marca singular do império português, o trespasse da cobrança fiscal para os particulares não tem ainda merecido atenção suficiente da historiografia.

Este painel visa contribuir para uma melhor compreensão dos mecanismos de formação e consolidação de grupos económicos no período moderno, problematizando a relação complexa e dinâmica que mantiveram com o Estado, por via da contratação fiscal no império e da exploração de monopólios. Entre outros aspectos, procurar-se-á questionar o impacte dessa relação na capacidade de acumulação dos homens de negócio e na sua cíclica reestruturação e renovação, a partir de estudos de caso que atravessam os séculos XVI, XVII e XVIII.

### **Ana Sofia Ribeiro (CIDEHUS-UÉvora)**

*Os contratadores da pimenta de D. Sebastião aos Áustrias: estórias de sucesso privado e de negociação com o poder*

Ainda antes de D. Sebastião decidir arrendar o monopólio da Rota do Cabo, dada a exiguidade dos recursos da Coroa e das dificuldades que se faziam sentir na exploração do monopólio da Rota do Cabo,



alguns homens de negócio nacionais tinham já um papel de destaque no comércio e reexportação dos produtos orientais, tal como desempenhavam funções na governança do mais poderoso município português, Lisboa. A historiografia tradicional tem enfatizado o papel de casas comerciais e financeiras alemãs e italianas no financiamento à Coroa portuguesa durante a dinastia de Avis e na sua participação directa no trato oriental, relegando para último plano o papel dos agentes portugueses que participaram directa e indirectamente na construção do processo da expansão portuguesa.

Seguindo os caminhos dos portugueses que arrendaram os contratos do monopólio da Rota do Cabo, esta comunicação pretende, por um lado, compreender os processos de ascensão económica destes homens que lhes permitiu alcançar estes contratos que os colocaram em situação vantajosa face aos seus concorrentes até à entrada em cena da competição holandesa e inglesa no Índico. Em segundo lugar, propõe compreender como servindo a Coroa, sobretudo a nível financeiro, são agraciados social e economicamente pelo poder político, tanto sebastianista, como durante o reinado de Filipe II. Finalmente, importa compreender como esta entrada no circuito monopolista e financeiro da Coroa lhes permite acumular a cobrança de rendas da Coroa.

**Miguel Rodrigues** (European University Institute / CHAM-NOVA)

*Exploração comercial dos monopólios régios na África Atlântica: O papel dos agentes privados na gestão dos contratos dos escravos na primeira metade do século XVII*

A Coroa Portuguesa registou, a partir de meados do século XVI, uma progressiva alteração da sua matriz fiscal e arquitectura financeira, fruto de um conjunto de reformas na gestão e cobrança do seu património e das receitas do comércio colonial. Portugal permanecera um Estado patrimonial em grande parte devido aos lucros gerados pelo seu império ultramarino, assentes na circulação de produtos pelos seus diversos espaços económicos, e na exploração e rentabilização das suas rendas reais. Para além das receitas alfandegárias, a Coroa dispunha igualmente de monopólios sobre o comércio colonial e cobrança de direitos fiscais em vários pontos império. Desde os primórdios da expansão que os monarcas Portugueses haviam imposto direitos exclusivos sobre certos produtos (ouro, pau-brasil, pimenta), restringindo desta forma a sua actividade comercial e cobrança fiscal aos agentes régios. Estes monopólios não estavam, contudo, completamente fechados à participação de agentes privados. A Coroa poderia optar por administrar os seus monopólios directamente, ou conceder a gestão dos mesmos a particulares através de um sistema de contratos de arrendamento.

Dado o esforço financeiro, logístico e humano inerente à administração dos monopólios régios, a Coroa optou por arrendar a administração de algumas das suas rendas reais a agentes privados em troca de uma quantia anual, libertando-se desta forma dos custos de administração e antecipando as suas receitas, em troca da concessão dos direitos de cobrança dos impostos régios aos particulares. Entre os vários arrendamentos da Coroa destacam-se os contratos da África Atlântica, que consistiam principalmente no monopólio de escravos nas suas respectivas regiões. Pretende a seguinte comunicação explorar a relação entre a Coroa e os contratadores através da administração dos monopólios de África, assim como o papel central dos agentes privados para a manutenção dos governos coloniais na costa africana. Serão igualmente abordadas as diversas estratégias utilizadas pelos homens de negócio na gestão dos monopólios negreiros, de forma a tirar vantagens pessoais para a sua actividade comercial. O caso dos irmãos Coutinho e de Duarte Dias Henriques, ligados ao comércio de escravos através dos monopólios de África, oferecem exemplos de diferentes estratégias utilizadas por agentes formais e informais no império português, que beneficiam da sua posição privilegiada na administração dos monopólios do tráfico para beneficiarem os seus próprios interesses mercantis, progredindo posteriormente para a gestão de futuras rendas com a fortuna acumulada no Atlântico Sul.

**João Paulo Salvado** (CIDEHUS-UEvora)

*Repartição fiscal no império luso-atlântico, 1720-1760*

A importância dos arranjos institucionais entre o Estado e as elites económicas na exploração dos impérios e as suas implicações na repartição da riqueza tem sido tópico amplamente abordado pela literatura (Bordo e Cortés-Conde 1993; Ekelund e Tollison 1997; Coatsworth 2005; Acemoglu et al. 2005). No caso do império luso-atlântico, os negociantes de Lisboa desempenharam um papel instrumental na captação de recursos económicos, não só por via do comércio colonial, mas também na cobrança de receitas fiscais.

Em contrapartida, por meio da definição de políticas mercantilistas, esses homens de negócio operavam num mercado colonial protegido que excluía a participação de estrangeiros.

A cobrança da receita fiscal ganhou particular relevância no século XVIII com o ciclo mineiro e foi causa de enriquecimento de muitas casas mercantis de Lisboa (Pedreira 1995; Salvado 2019). Marca singular do império português, esta actividade não tem ainda merecido atenção suficiente da historiografia. Esta comunicação visa analisar a interação entre o Estado e os negociantes da capital por meio dos contratos de cobrança fiscal. Tem como propósito determinar o equilíbrio de poder estabelecido entre estas partes e avaliar a partição das rendas brasileiras no período compreendido entre 1695 e 1760, bem como as suas consequências para os negociantes. A base empírica utilizada para a prossecução destes objectivos centra-se em oito rendas de quatro capitanias (Pernambuco, Baía, Rio de Janeiro, e Minas Gerais), universo que representa cerca de 80% da receita fiscal cobrada naquele corte cronológico e para as quais se coligiram dados sobre a margem de lucro bruta dos contratos. Por seu turno, os dados de uma prosopografia das 40 maiores casas mercantis de Lisboa da primeira metade do século XVIII, ainda em construção pelo autor desta proposta, informam sobre o destino dos contratadores.

Conjectura-se, por um lado, que nesta cronologia o Estado não se deixou capturar pelos contratadores, como sucedeu nos finais de 1700; e por outro, que apesar de a contratação das rendas sul-atlânticas ter sido crucial na acumulação de riqueza da elite mercantil de Lisboa, foi também causa da sua erosão. Nesta conjuntura particular, o Estado terá sido capaz de internalizar parte substantiva dos lucros dos negociantes, o que precipitou a sua queda e acelerou a substituição do grupo na década de 1760.

### **4.3. Mobilidades nas carreiras do Santo Ofício**

Org. Leonor Dias Garcia (CIDEHUS-UÉvora/PIUDHist)

Chair: Nelson Vaquinhas (Câmara Municipal de Loulé / CIDEHUS-UÉvora)

Este painel pretende focar-se nos variados tipos de mobilidade que se verificaram nas diferentes carreiras inquisitoriais. O principal objectivo será colocar em diálogo tanto a mobilidade interna, que se verificava dentro da instituição, como a mobilidade geográfica e social, fosse de ministros ou de oficiais. Alargar-se-á também esta análise aos oficiais do Fisco, instância responsável por aplicar as directrizes do Santo Ofício e da Coroa relativas ao sequestro e confisco de bens de presos e penitenciados.

Procurar-se-á trazer para o debate as seguintes questões: quais as principais motivações relacionadas com os diferentes tipos de mobilidade verificada nas carreiras inquisitoriais? Prender-se-ão com necessidades institucionais, com ambições pessoais ou com razões diversas? E de que forma era determinada essa mobilidade? Por pedido dos próprios agentes ou por indicação das tutelas?

Sob a moderação de Nelson Vaquinhas (CIDEHUS-UÉ), o painel iniciar-se-á com a comunicação de Daniel Giebels (CHSC-UC), que fará uma reconstituição da composição dos quadros humanos da Inquisição de Lisboa, bem como das carreiras dos indivíduos que os compunham, entre os séculos XVI e XIX. Um dos principais objectivos consistirá no rastreio e análise da mobilidade vertical, social e geográfica verificadas dentro da própria estrutura inquisitorial.

Seguidamente, Leonor Dias Garcia (CIDEHUS-UÉ), numa abordagem mais micro que se estenderá do século XVI ao XVIII, dedicar-se-á à análise das mobilidades encontradas ao longo da carreira dos notários inquisitoriais, que nos tribunais de Lisboa, Coimbra e Évora estavam responsáveis pelo arquivo do Secreto e por toda a escrita inerente à actividade desses tribunais. O principal objectivo será perceber porque se efectuavam as transferências entre tribunais e se esta mobilidade geográfica poderia ter como relação, ou consequência, uma certa mobilidade social.

Por último, Bruno Lopes (CIDEHUS-UÉ) trará para o diálogo as estratégias de mobilidade ascendente verificadas nos Juízos do Fisco ao longo dos séculos XVII e XVIII, sendo esta uma instituição que funcionava em articulação com o tribunal do Santo Ofício, e com dupla tutela (rei e inquisidor-geral), mas sobre a qual ainda muito pouco se conhece. O seu principal objectivo será analisar as estratégias de mobilidade ascendente desenhadas pelos oficiais do Fisco, através da patrimonialização dos cargos e da venalidade.

A partir destes enfoques, pretende-se que este painel contribua para o cruzamento de olhares e de diferentes perspectivas sobre as diversas carreiras que constituíam a estrutura inquisitorial, trazendo para a discussão duas mobilidades importantes, a social e a geográfica.

**Daniel Giebels** (CHSC-Universidade de Coimbra)

*Ministros e oficiais da Inquisição de Lisboa (1537-1821): Padrões e desvios no âmbito de uma mobilidade interna*

O estabelecimento da Inquisição em Portugal passou, naturalmente, pela criação de um quadro humano próprio. Conhece-se a constituição de um corpo normativo e a sucessiva ampliação de privilégios fiscais, jurídicos e sociais concedidos a quem servisse o Santo Ofício. Conhecem-se os cargos que compunham esses quadros e, em poucos casos, quem os efetivamente ocupou, a sua origem familiar, social, académica e institucional. Conhece-se, como tal, a circularidade entre instituições eclesiásticas, régias e inquisitoriais de quem almejava alcandorar a uma mais profícua posição social, circularidade que justificou a afirmação de uma matriz ideológica comum e de uma cooperação entre as várias instâncias judiciais. Conhece-se como o tribunal de Lisboa assumiu o culminar de uma “carreira” inquisitorial que percorria, por vezes, vários tribunais distritais, e como esse culminar seria uma oportunidade para alcançar um lugar no Conselho Geral do Santo Ofício ou para liderar uma das mitras portuguesas. Conhece-se, sim, mas de uma forma ainda muito incipiente e lacunar.

Em trabalho recente sobre o funcionamento da Inquisição de Lisboa entre 1537 e 1579, demonstrou-se como a gestão do quadro humano foi (e continuou a sê-lo) um problema complexo que nem sempre se resolvia à luz da letra regimental. A intensificação da atividade repressiva ou a dificuldade em suportar os elevados encargos financeiros com os ministros e oficiais, poderiam obrigar a uma alteração da composição dos quadros humanos e a promoções pouco habituais no âmbito da “carreira” inquisitorial.

Será nessa relação entre normatividade e prática que se procurará dar a conhecer, nesta apresentação, os quadros humanos da Inquisição de Lisboa entre os séculos XVI e XIX. Em primeiro lugar, será demonstrado, numa reconstituição da composição do quadro humano, quem de facto o integrou, atendendo que nem todos os ministros e oficiais indicados pelas listas do século XVIII tomaram efetivamente posse. Depois de serem evidenciados momentos de rutura com o modelo imposto pelos regimentos, justificada por determinadas conjunturas, será realizada uma análise prosopográfica dos seus servidores, dentro e fora da Inquisição, sempre que a documentação o permita. O objetivo será, pois, descrever a mobilidade vertical dentro da macroestrutura inquisitorial, mobilidade que foi tanto social como geográfica. Recorreu-se, para este trabalho, aos fundos daquele tribunal, assim como a outras fontes, tanto régias como eclesiásticas.

### **Leonor Dias Garcia (CIDEHUS-UÉvora/PIUDHist)**

*Notários da Inquisição (1536-1755): transições e mobilidades dos agentes entre os tribunais de Lisboa, Coimbra e Évora*

Com este trabalho pretende-se analisar as dinâmicas de mobilidade geográfica observadas ao longo da carreira de cerca de 150 notários inquisitoriais, desde o estabelecimento do tribunal do Santo Ofício em Portugal (1536) até ao ano do terramoto de 1755.

Os notários da Inquisição eram oficiais habilitados para a “escrivãzinha” de cada tribunal de Lisboa, Coimbra e Évora. Nas suas mãos não só era depositada toda a escrita administrativa do tribunal, como também lhes estava reservada a redação dos processos que a Inquisição detinha nestas três áreas “distritais”. Além deste ofício, era também a estes agentes que era confiada a guarda do arquivo dos tribunais, o Secreto. À semelhança dos demais ministros e oficiais, estes indivíduos podiam, ao longo das suas carreiras, mover-se entre os três tribunais, mudando assim de cidade mas quase nunca de ofício: teoricamente, dentro da hierarquia inquisitorial o notário do Secreto poderia somente almejar, no máximo, à posição de secretário do Conselho Geral.

Assim, e com base no método prosopográfico aplicado às carreiras de cada um destes notários, os principais objetivos deste trabalho são: 1 – estabelecer cronologias de permanência nos cargos; 2 – identificar rupturas nessa continuidade; 3 – analisar as transferências entre cidades; 4 – despistar eventuais padrões de mobilidade geográfica, mapeando as transferências. Com estas orientações em mente, pretende-se responder às seguintes questões: Quais os notários que circularam entre os tribunais de Lisboa, Coimbra e Évora? Por que motivo se realizavam essas transferências – razões pessoais ou profissionais? Verificaram-se oportunidades de mobilidade social, dentro ou fora da Inquisição, entre transferências? É possível encontrar um padrão para essas deslocções?

Desta forma, e com o apoio das habilitações para o Santo Ofício e dos livros de provisões e juramentos de ministros e oficiais, presentes no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, pretende-se contribuir com mais dados para o estudo de mais uma (mas não menos importante) carreira inquisitorial: a dos notários do Secreto, agentes indispensáveis à escrita e ao arquivo de uma instituição fortemente enraizada na sociedade moderna portuguesa.

**Bruno Lopes** (CIDEHUS-UÉvora/ PIUDHist/ CSG-ISEG/ULisboa/ CITCEM-UPorto)

*Estratégias de mobilidade social ascendente dos oficiais das confiscações da Inquisição (séculos XVII e XVIII)*

O presente trabalho procura questionar as dinâmicas desenvolvidas pelos oficiais do Fisco, em matéria de estratégias de mobilidade social ascendente, ao longo dos séculos XVII e XVIII. Estes postos davam corpo a instituições – os Juízos do Fisco – com certa autonomia face aos tribunais da Inquisição (Coimbra, Évora e Lisboa). Entre as suas tarefas estava a aplicação das directrizes relativas ao sequestro e confisco de bens às mãos do, chamado, Tribunal da Fé.

O estudo deste tópico relaciona-se com a importância social do, chamado, Tribunal da Fé colocando a tónica de análise na perspectiva dos homens (exercício de cargos) e mulheres (por via de casamento, dote ou transmissão patrimonial) que se relacionavam com o Santo Ofício. Sabe-se muito acerca dos números e dos crimes sentenciados por esta organização, mas sabe-se menos sobre as suas hierarquias, sobretudo, das que desenvolviam, quotidianamente, funções dentro dos tribunais. Os oficiais do Fisco estruturavam outro nível institucional do qual pouco se conhece.

A documentação produzida pelos Juízos do Fisco é, entre todas as fontes inquisitoriais, a mais dispersa. Muitas vezes, encontra-se espalhada por maços de folhas avulsas e cuja combinação permitiu traçar algumas linhas analíticas sobre a utilização patrimonial e venal dos postos oferecidos pela Inquisição, relativos ao controlo dos bens que sequestrava e confiscava. Para além destes documentos, utilizaram-se, ainda, consultas relativas ao provimento destes postos já que, nalguns casos, era necessário o aval da Coroa, como o posto de juiz ou de tesoureiro.

No final, será possível observar que, do ponto de vista das estratégias desenhadas com vista à mobilidade social ascendente, os oficiais do Fisco aproximavam-se muito dos cargos oferecidos pela Monarquia, já que obedeciam a uma dupla tutela: a do rei e a do inquisidor-geral. São, ainda, identificáveis, algumas diferenças relativamente à utilização dos postos oferecidos pela Inquisição aos que trabalhavam em "negócios da fé".

#### **4.4. Circulação de mercadorias**

Chair: Dulce Freire (FEUC)

**Ana Clarinda Cardoso** (CITCEM-UPorto/CHAM-NOVA)

*Circulação de mercadorias entre a Península Ibérica e Itália: fretes marítimos da Companhia Nerone-Salviati de Pisa (1454-65)*

Francesco di Nerone, fundador da companhia Nerone-Salviati, era membro de uma das principais famílias florentinas ligadas à ascensão política dos Medici, e protagonista de uma intensa atividade comercial e financeira que desde meados do século XV o colocou em contacto com as principais praças comerciais da Europa. A companhia, originária de Pisa, especializou-se ao longo da segunda metade do século XV nas relações comerciais com a Península Ibérica, nomeadamente com as praças de Barcelona, Tortosa, Valência, Cádiz, Lisboa e Porto.

O testemunho documental da atividade da companhia Nerone-Salviati encontra-se depositado na Scuola Normale Superiore de Pisa, no arquivo Salviati. Este arquivo possui uma impressionante coleção com cerca de 1700 livros de comércio, abrangendo um período cronológico que vai desde o século XIV ao XVIII. Esses livros pertencem às companhias mercantis e bancárias que integraram este grupo comercial florentino. O fundo Nerone-Salviati (1454-1470), que será estudado no nosso projeto de doutoramento em curso, é composto por 10 livros de contas, de diferentes tipologias, que nos permitem conhecer a atividade comercial e financeira desenvolvida por esta companhia.

Para a presente comunicação e, tendo por base as características intrínsecas destas fontes, o objeto de análise é o conjunto de registos que dizem respeito às operações associadas à logística marítima para a importação e exportação de mercadorias de e para a Península Ibérica, como os fretes e os seguros marítimos. Para tal, será feita uma análise articulada de vários elementos que estas fontes permitem individualizar, como os diversos agentes, as mercadorias transportadas, o tipo de embarcações, os custos associados, as rotas e os portos. No que diz respeito aos objetivos, podemos dividi-los em categorias. Relativamente à companhia comercial em estudo, a finalidade passa por perceber de que forma estava estruturada a atividade do ponto de vista da logística naval, como é que esta se cruza com a sua rede de contactos comerciais na Península Ibérica e identificar quais eram as estruturas portuárias preferenciais. Numa análise mais abrangente, procuramos identificar as rotas e perceber como se inserem no contexto

das rotas já sinalizadas por outros autores; inferir sobre as áreas de risco na navegação a partir dos contratos de seguros e perceber se existe uma relação entre as mercadorias transportadas e o tipo de embarcação, procurando ainda aferir qual o protagonismo da frota marítima portuguesa no conjunto destas operações da companhia Nerone-Salviati.

### **Pedro Mota Tavares (FLUP)**

*Mobilidade pendular e circulação de bens em Chaves e Vila Real (séc. XVIII-XIX)*

O presente trabalho visa aprofundar o estudo em torno de alguns aspectos da vida económica, numa abordagem comparativa entre Chaves e Vila Real. Parte-se da análise do fenómeno de mobilidade pendular associada à circulação de bens, designadamente através da organização periódica de feiras nas povoações mais importantes como em terras de menor expressão política e demográfica. O período de análise incide, fundamentalmente, entre finais do séc. XVIII e o advento da Revolução Liberal. Partindo do pressuposto de uma economia voltada para a dinamização local – muito por via das graves dificuldades de comunicação – que papel desempenhavam as feiras no âmbito do comércio interno e que implicações as mesmas descrevem ao nível das trajectórias de mobilidade da população? Os objectivos deste estudo passam assim pela análise do contexto que suportava a rede de feiras transmontanas na Época Moderna, de acordo com a sua ocorrência no espaço, periodicidade e tipologia de bens transaccionados. Pretende-se, de igual modo, relacionar os efeitos de uma economia aparentemente fechada com os indicadores comerciais resultantes da navegação pelo Douro e da proximidade geográfica face à fronteira com Espanha, muito concretamente no que concerne as relações de comércio transfronteiriço.

Partindo da informação recolhida em corografias, descrições geográficas e memórias económicas, o enfoque teórico debruça-se sobre a organização de feiras e mercados numa perspectiva económica, em função dos indicadores de procura pelos principais bens transaccionados e o seu respectivo valor comercial. Não obstante, a feira representa no Antigo Regime, muito para lá de um mero espaço de troca, um verdadeiro espaço de sociabilidade, pelo que importa frisar essa mesma componente, partindo assim da análise das ideologias, estratégias e práticas inerentes às trajectórias de mobilidade interna da população. Pretende-se assim analisar a circulação de bens e de pessoas para comerciar, avaliando, por conseguinte, as transformações sociais, institucionais, económicas e culturais produzidas a uma escala local.

No quadro cronológico definido, Chaves e Vila Real eram os dois centros transmontanos onde o comércio estava mais desenvolvido. Chaves acumulava 84,2% dos negociantes da comarca de Bragança, sendo que também era um dos centros onde a movimentação de mercadorias entre Portugal e Espanha se revelava mais intensa. Relativamente a Vila Real, verifica-se a concentração de 50,6% dos negociantes da província de Trás-os-Montes nesta comarca, muito por causa do desenvolvimento agrícola da região e da sua localização nas proximidades do Douro, condições que a tornavam propícia à actividade comercial.

### **Diogo Andrade Cardoso & Francisco Mangas (CITCEM-FLUP)**

*Circulação de mercadorias na barra do Douro nos inícios do século XIX*

A presença portuguesa a uma escala global durante a época moderna tem sido alvo de vários estudos nas suas inúmeras vertentes, porém, o fator humano, o estudo quantitativo dos portugueses e outros europeus nos vários territórios ultramarinos tem sido largas vezes subvalorizado. Existirá uma melhor forma de entender os fatores de repulsão e atração de um determinado espaço do que através do estudo dos contingentes que dele saem ou nele entram?

No caso português, os quantitativos ficaram praticamente fixados com o célebre artigo de Vitorino Magalhães Godinho que estabeleceu a emigração portuguesa como um fenómeno estrutural. Mesmo sem qualquer referência à forma como os números foram recolhidos, estes tornaram-se a base de qualquer estudo demográfico sobre a presença portuguesa fora da Europa na época moderna e são, ainda hoje, incontornáveis.

A historiografia tem, nos últimos anos, avançado alguns números de portugueses presentes em espaços concretos, sendo, por exemplo, as Índias de Castela alvo de inúmeras abordagens. Hoje, a emigração já é tida, pela historiografia, como algo intrínseco aos portugueses. No entanto, a maioria dos historiadores que estudam os espaços em que os portugueses estiveram presentes nesta cronologia, não sabe os quantitativos que este fenómeno envolveu.

É intuito desta comunicação responder a perguntas de relevo na área das migrações, tais como: quais os quantitativos portugueses nos territórios ultramarinos? Como se distribuiu a população portuguesa pelos diversos espaços? Como evoluiu a presença europeia na América?

Assim, será feita a comparação dos números obtidos pelos diversos autores de forma a entender como a presença portuguesa se distribuía pelos vários territórios. Só desta forma, sabendo em que proporção os portugueses se deslocaram para determinado território é possível compreender a sua influência nesse espaço ou expor a forma como uma forte emigração não era um requisito para uma presença dominante em determinados aspetos, como o económico.

Este estudo procurará não só analisar a emigração portuguesa, mas também terá uma dimensão comparativa com as restantes potências europeias da época moderna. Aqui serão abordados os quantitativos de ingleses, espanhóis, franceses e holandeses na América, o continente que tem suscitado mais estudos pela historiografia internacional, e os resultados serão postos em face daqueles obtidos pela análise da população portuguesa neste continente. O objetivo: comparar a disponibilidade demográfica de cada uma destas populações e determinar a forma como a presença europeia evoluiu ao longo dos séculos XVI, XVII e XVIII na América, assim como a presença portuguesa no mundo.

#### **4.5. Dinâmicas imperiais: revoltas, negócios e missões**

Chair: Susana Münch Miranda (GHES/CSG-ISEG/ULisboa)

**Pedro Puntoni** (Universidade de São Paulo)

*O motim do cobre em Luanda: moeda e dinâmica imperial em Angola no século XVII*

Em novembro de 1694, quando o novo governador de Angola, Henrique Jaques de Magalhães, ordenou o pagamento da infantaria da praça de São Paulo de Luanda com 200 réis em moedas de cobre, no lugar dos 700 que se pagavam com macutas (moedas de pano) e farinha, a revolta teria início. Com efeito, até aquele ano, a infantaria era paga com os panos de Luango, que representavam em termos da moeda de conta um valor muito superior ao que poderiam equivaler em moedas metálicas. A antiga reivindicação de que Angola fosse abastecida com o numerário que circulava no sistema monetário português, notadamente, de moedas pequenas para o pagamento de contas correntes e gastos miúdos, foi, efetivamente, atendida, no contexto mais amplo de consolidação do sistema monetário português, com o novo regimento para a casa da Moeda (1686) e a última desvalorização do real (1688) do século XVII. Os ajustes, porém, eram feitos em detrimento dos soldados e da população mais pobre. A reação da infantaria, que rapidamente se radicalizou com a tentativa de depor o governador e outros oficiais, acabou sendo duramente reprimida. No ano de 1694, a monarquia já havia concedido a criação de uma casa da moeda na Bahia, para a fabricação de uma moeda provincial (o real, desvalorizado em 10% em relação à moeda nacional) e procurava ajustar, em múltiplas dimensões do seu Império, o sistema monetário baseado num moeda de conta que passara, desde a Restauração, por um vertiginoso processo de desvalorização. A introdução da moeda de cobre, fabricada no reino, no principal entreposto do tráfico de escravos teria por objetivo - é uma das nossas hipóteses - adequar as dinâmicas locais, isolando os pagamentos dos agentes da metrópole daqueles sistemas monetários africanos então em uso pelos conquistadores. Este trabalho está procurando entender como a transição para o uso da moeda metálica, de alguma maneira, estaria associada à nova dinâmica com os poderes africanos, a partir da destruição do reino do Congo em 1665, no que toca o fornecimento de escravos para o tráfico. Nesta momento, ajustam-se as conexões do sistema de trocas atlântico, em razão da presença mais volumosa do tabaco e da giribita do Brasil. A partir de um estudo desta revolta que ficou conhecida como a dos “sete arcabuzados” - e que estamos denominado aqui como o “Motim do Cobre” de Luanda, fazendo uma referência ao de Moscou de 1662, um dos eventos do século Buntashny -, pretendemos compreender as dinâmicas monetárias locais em Angola, no quadro mais amplo do sistema monetário do Império no momento da consolidação do sistema atlântico.

**Cristina Hernández Casado** (Universidad Complutense de Madrid)

*Los Pérez de Andrade: actividades y poder de una familia de hombres de negocios en la primera mitad del siglo XVII*

El presente trabajo pretende estudiar las figuras principales de la Casa de los Pérez de Andrade, centrándose sobre todo en dos personajes claves: Simón Suárez Pérez y Enrique de Andrade. De origen portugués, con gran parte de sus miembros afincados en Sevilla, este clan alcanzaría sus cotas de máximo

esplendor en la primera mitad del siglo XVII. Gracias al pasado comercial de la familia, así como a su extensa red —la gran mayoría compuesta por judeoconversos de origen luso—, los Pérez de Andrade consiguieron diversificar sus actividades: comerciantes —especialmente con América, destacados esclavistas— agentes de las más diversas personalidades en Sevilla, arrendadores de rentas y, también, asentistas de la Monarquía Hispánica.

El estudio de Simón Suárez Pérez y Enrique de Andrade mediante una metodología de red "egocentrada", nos permite abordar un ejemplo de la trayectoria y estrategias de ascenso social y económico por parte de miembros pertenecientes al grupo mercantil de origen luso y de cuño converso de la primera mitad del siglo XVII. Se pondrá de relieve la importancia de crear e introducirse en redes poderosas internacionales —entre los miembros de la red de los Pérez de Andrade encontramos personajes tan destacados y poderosos como los hermanos Rodríguez Pasariño (enormes figuras comerciales en la Sevilla de la época), así como grandes hombres de negocios, por ejemplo García de Yllán o Duarte Fernández—, la relevancia de diversificar las actividades empresariales, así como la superación de importantes obstáculos, como el que suponía ser procesado por la Inquisición, cuestión que no impidió medrar a este clan.

A la hora de llevar a cabo esta investigación se emplearán fuentes del Archivo Histórico Nacional de Madrid, Archivo Histórico de Protocolos de Madrid, Archivo General de Indias, el Archivo Histórico Provincial de Sevilla y el Arquivo Nacional Torre do Tombo de Lisboa.

**Igor Sosa Mayor** (Universidad de Valladolid)

*Using GIS to assess Catholic mission's successes: missionaries in the Philippines (1580-1700)*

Early modern Catholic globalization happened as a consequence of many structural factors present in the European society of the time. One factor of paramount importance was the existence of Catholic religious orders. As organizations they were able to deal with the substantial challenges that the global Catholic expansion posed. A key aspect was the high mobility of their members. Dominicans, Jesuits or Franciscans were able to explore new territories, enter dangerous unexplored regions, and cover big geographical areas by being constantly on the move.

Taking a religious order (the Dominican Order) and a geographical space (the Philippines Islands) as an example, this paper aims to analyse whether the successes in the missionary work of the Dominicans can be (at least partially) related to their mobility and ability to cover large geographical areas. Methodologically the paper will use two different approaches. In a first step, using order's chronicles (from the Philippines and elsewhere) we can find scattered pieces of information about how much distance Dominican missionaries were able to cover per day, how they moved (by feet, by horse, etc.) and even how much they had to pay for some types of transport (e.g., for using canoes in rivers). In a second step, this information will be fed into a spatial database (using the database engine PostgreSQL and its module PostGIS). Using GIS (Geographical Information System) techniques and taking into account the characteristics of the terrain (mountains, coasts, rivers, etc.), the mobility of Dominican missionaries and the range of space covered by them in the Philippines islands will be estimated. By so doing, we will be able to assess whether the missionaries were efficient in covering the geographical areas they were assigned to.

## Sessões Paralelas 5 / Parallel Sessions 5

### **5.1. The Inescapable Globality of the Portuguese Overseas Empire: Local Connections, Global Processes, and (Im)Mobile Actors**

Org. Noelle Richardson (Utrecht University)

Chair: Cátia Antunes (Leiden University)

In recent decades, global history emerged as one of the most important conceptual frameworks for the understanding the mobility of people, the circulation of ideas, languages, commodities and capital, as well as political and socio-cultural currents of change. Wary of the need to move beyond the boundaries of the nation-state, and cognizant of the interconnectedness of historical and contemporary processes, there has also been an impetus to bridge micro and macro-historical perspectives and to link the influence of the 'local' on the 'global', and vice versa (Hopkins 2006; Conrad, 2016). The territorial scope of European

empires has forced historians to necessarily adopt a more global approach, one that simultaneously stresses the importance of local and regional contexts, dynamics and actors in the formation and consolidation of imperial rule. Although often referred to as the 'first global empire', the Portuguese colonial world has been insufficiently explored beyond the sixteenth century in the context of such debates. Moreover, it has been marginalized from the recent historiography that has sought to underscore the global scope and impacts of European empires (Darwin 2007 & 2011; Abernethy 2000). Moreover, with notable exceptions (Bethencourt & Curto 2007; Silva & Xavier, 2016), the existing scholarship of the Portuguese empire and its respective colonies has tended to focus on the impact of Portuguese colonialism from the 'top down', with little consideration to the extent to which 'local' or 'bottom up' social, political and commercial dynamics could exert considerable influence on the function and exercise of metropolitan and colonial governance.

Taking a broad chronological scope, this panel thus seeks to claim a space for the Portuguese overseas empire within these broad conceptual frameworks. It will underscore how and why it can contribute to key debates in global history, specifically those which seek to employ and bridge both a micro and macro-historical lens. In particular, it will demonstrate how the fundamental structure, exigencies and network(s) of the Portuguese empire rendered the perspectives, commercial activities, networks and scope of metropolitan mercantile actors, colonial interlopers, local subjects, and 'outsiders' "inescapably" and "necessarily" global. The extent to which the fundamental institutions and networks of the Portuguese empire enabled immobile to cultivate a global reach and influence, will also be underscored. For example, how, and to what extent, did metropolitan, local colonial subjects, 'outsiders' and 'interlopers' utilise the global structure of the empire to their own benefit?

**Noelle Richardson** (Utrecht University)

*Local subjects and global actors: The Hindu merchant of Goa in the emerging global economy, c. 1730-1850*

This paper explores the agency, role and position of Hindu merchants of Goa in the emerging global economy of the Indian Ocean between 1750 and 1830. As subjects of the Portuguese crown in India, and active players in the local economy, they were enmeshed in the commercial network of the Portuguese overseas empire whose networks connected them to markets within the wider Indian Ocean and South China Sea, and across the Atlantic to Brazil and Europe. Moreover, they were able to transcend the boundaries of the Portuguese Estado da Índia and moved between and across the established and emerging imperial borders in India by establishing strong commercial and political links with other European powers and private traders in the region. However, as this paper will demonstrate, despite their immobility, the ability of Hindu merchants in Goa to cultivate a global reach was fundamentally aided by their access, engagement and penetration of the networks and infrastructure of the Portuguese overseas empire and the position of Goa as a global port. In fuelling the exigencies and demands of the metropole, as well as other key colonial territories and markets within the ambit of the Portuguese empire, these mercantile actors became necessarily and inescapably global. Concomitantly, as invaluable commercial and political middlemen, through the act of petitioning, these merchants were able to successfully lobby for their interests and exert their influence at the highest echelons of power both in Goa and Lisbon. As such, they demonstrate the need to take into account the role and impact of local actors and contexts in the shaping of global and globalising processes, and in the function and exercise of colonial governance.

**Edgar Pereira** (Leiden University)

*Global Logistics and the Portuguese 'Contractor State' during the Union of the Crowns (1580-1640)*

Over the past decade, a new stream of scholarship has reappraised the interactions between states and private economic actors in the early modern period. Within debates regarding, the Contractor State, historians have demonstrated how the efficient allocation of resources for the armed forces was achieved when governments partnered with mercantile and financial networks. The contracts ratified between central polities and private firms were instrumental to the expansion of the administrative apparatus and allowed for increasingly more costly wars to be waged before 19th century.

This paper will analyse how private businessmen under contract ensured the rigging and furnishing of the armadas linking the Portuguese kingdom to the Indian and Atlantic Oceans, as well as the supplying of overseas garrisons during the Union of the Crowns (1580-1640). It will be shown how the procurement, transport and shipment of crucial raw materials and manufactured goods from outside and across the



empire depended on economic actors and markets that were beyond the crown's reach. In sum, it will be demonstrate how the Portuguese state in Europe was much less of a self-contained entity as it is often assumed, and that the logistics underpinning the functioning of the overseas empire were entirely dependent on transnational and cross-imperial commodity chains.

**Giorgio Tosco** (European University Institute)

*What Role for the Interlopers? Tuscan and Genoese Attempts to Enter Portuguese Colonial Trade (mid-17th century)*

In the middle of the seventeenth century, the Republic of Genoa and the Grand Duchy of Tuscany made plans to expand the activity of their merchants in the extra-European world. The Genoese established two joint-stock companies of trade, one of which, the San Giorgio Maritime Company (1653-1668), reached an agreement with Portugal that allowed it to operate in Brazil. However, management problems marred its operation, and it was economically unsuccessful. During the 1670s, the Grand Duchy of Tuscany led negotiations with Portugal, in order to establish a common joint-stock company, but eventually this project remained only on paper.

Both Genoese and Tuscan actors focused on Portuguese colonial trade. On the one hand, Portugal needed foreign ships and capital, during and immediately after the Restoration War, and on the other hand, there was a pre-existing Tuscan and Genoese interloping activity in the Portuguese Atlantic. My presentation investigates the different factors that influenced negotiations, and that ultimately brought them to an end.

My study draws on the literature on the relative advantages and drawbacks of formal trade and interloping, in the Portuguese territories as elsewhere. It then applies it to this case study, in order to understand how and why Italian and Portuguese actors tried to switch from the former to the latter and vice versa. My main point is that the Portuguese state encouraged Italian formal participation in the Brazil trade, during the Restoration War, and tried to redirect it to the Indian Ocean as well. The Tuscan and the Genoese states were also interested in moving from interloping to company, essentially for political reasons. Tuscan and Genoese interlopers, however, were only partially interested in operating within a more formal context, mainly in the context of the Restoration War. The pre-existing structure of their trade meant also that they did not want to move the focus of their activity from Brazil to India. The shift from “free agents” to “formal institutions” was highly sensitive to changes in economic and political conditions, and was not teleologically bound to end in a particular way. Both institutional arrangements could be valid, from the perspective of different actors and depending on different circumstances.

The sources I use come mainly from Italy, Portugal and Netherlands, and are composed of both private and public documents.

## **5.2. Cidades imperiais: dinâmicas locais, fluxos globais**

Org. Maria Sarita Mota (ISCTE-IUL)

Chair: Maria Sarita Mota (ISCTE-IUL)

Este painel está associado ao projeto Cidades Imperiais: dinâmicas locais, fluxos globais, e a um ciclo de seminários que têm vindo a realizar-se no Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL) e na Universidade Federal Fluminense (UFF/Brasil). As atividades propostas buscam destacar a cidade como locus privilegiado para a análise de complexas interações sociopolíticas e socioeconómicas nos impérios coloniais europeus na época moderna. À partida, o conceito de cidades imperiais obriga-nos a dirigir a nossa atenção para a percepção de um fluxo contínuo de circulações, capaz de revelar a multiplicidade de redes densas por meio das quais as cidades, como “arenas inter-regionais” de trocas, estavam conectadas. Nestes termos, as comunicações pré-selecionadas centram-se na análise de grandes centros urbanos-mercantis como Lisboa, re-exportador das commodities coloniais através das quais obtinha a sua maior fonte de receita no fim do Antigo Regime, às urbes da América tropical, enfatizando o protagonismo de vilas e cidades criadas nos sertões do Brasil no século XVIII. Destaca-se aí a importância do circuito económico do ouro e do gado das vilas de Santo Antônio da Jacobina, Rio de Contas e Minas Novas do Bom Sucesso, no sertão da Bahia, e do açúcar da cidade de Campos dos Goytacazes, na província do Rio de Janeiro, que moldaram as economias do mundo atlântico, deslocando assim a ideia de centro e periferia. Com base em pesquisa empírica original, e diálogo com diferentes correntes teórico-metodológicas, desde a história político-institucional à história global, histórias conectadas e estudos de redes, os autores analisam diversos níveis de interação entre as cidades e o(s) império(s). Destacam-se assim as conexões entre urbes, mas também

o predomínio de uma forte hierarquia e disputas por títulos, honras e liberdades; em contraste, o caráter efêmero dos privilégios concedidos aos centros mais dinâmicos; a própria transitoriedade das relações urbanos-sociais; a circulação de diferentes agentes económicos que atuavam em concorrência, mas também em cooperação, apontando por fim dinâmicas mais amplas e complexas entre o local e o global. Conclui-se que os estudos aqui reunidos permitem-nos conhecer um pouco mais sobre as interpenetrações culturais e experiências diversas que encontram nas cidades o seu ponto de convergência.

**Rodrigo da Costa Dominguez** (CICS - Universidade do Minho)

*Epicentro do Império? Contributos para a discussão de Lisboa enquanto núcleo político-económico do Sistema Atlântico Português nos finais do Antigo Regime (1750-1807)*

Um dos grandes pontos de convergência entre a historiografia portuguesa e brasileira do fim do Antigo Regime é a transferência da corte para o Rio de Janeiro, em 1807 como ponto de inflexão do Império Português, sobretudo dentro da perspectiva da reorganização económica e administrativa. Mais ainda, ao se trasladar a “cabeça pensante” do sistema para o Atlântico Sul, dinamizou-se a gestão do seu principal ativo, a América Portuguesa. E também serviu para manter D. João VI e a família imperial longe do raio de ação de Napoleão, desarticulando qualquer possibilidade de derrubada do regime, ao contrário do que aconteceu com a Coroa Espanhola. Contudo, todo este cenário só foi possível, em boa medida, graças à costura político-diplomática que a Coroa conseguiu elaborar, sobretudo entre as negociações de Utrecht e o Bloqueio Continental e a concretização das Invasões Francesas, permitindo a recomposição da rede diplomática e a manutenção da neutralidade portuguesa ao longo do século XVIII, sobretudo na sua segunda metade. Por outro lado, do ponto de vista comercial e agrícola, Lisboa passava por um processo de reordenamento do seu potencial logístico e de sua capacidade enquanto plataforma de baldeação de produtos provenientes do reino após 1750, sobretudo o vinho e o sal. Mais ainda, enquanto hub principal do Império desde os princípios do processo da expansão ultramarina, a cidade funcionou sobretudo como grande centro re-exportador das commodities coloniais, processo este que vinha desde a segunda metade do século XVI, de onde resultavam a maior parte de suas receitas, provenientes sobretudo de tarifas aduaneiras. Na segunda metade do século XVIII, o alcance económico da exploração aurífera já emitia sinais de limitação, e a dinâmica do tráfico negreiro ditava o ritmo do desenvolvimento económico de outros centros urbanos no Brasil. Entretanto, os contatos diplomáticos e económicos com novas nações e a abertura de outros mercados do circuito Báltico serviram para balancear as tensões entre Portugal, Espanha, França e Inglaterra e abriam novas perspectivas comerciais que, à princípio, tinham potencial para compensar o declínio na rentabilidade do ouro. Neste texto, propõe-se um debate em torno de algumas questões que compõem um quadro de análise de Portugal dentro da ideia de História Global. Pretende-se abordar o caso de Lisboa e o alcance/escala global de seu comércio enquanto ferramenta que serviu para mitigar um processo – a transferência da Corte para o Brasil – que já estava em curso, mas que só viria a consolidar-se diante da ameaça de invasão Napoleónica sobre o território de Portugal Continental.

**Helida Santos Conceição** (Universidade do Estado da Bahia)

*Espaço econômico e formação social nas vilas auríferas da capitania da Bahia (século XVIII)*

As cidades e vilas coloniais constituíram-se como um dos mais importantes pilares da presença portuguesa na América. A fundação de centros urbanos no litoral cumpriu a função de defender as principais praças mercantis das conquistas, assegurando a vitalidade das suas atividades portuárias e a fixação da população citadina que atuava na vida política da comunidade. A urbanização do império luso contou com ritmos e dimensões diferentes nos seus vários espaços. Condições geográficas, políticas e socioculturais interferiram na dinâmica de construção de feitorias, vilas e cidades, modulando de forma diversa os núcleos povoadores. Na primeira metade do século XVIII, em locais distantes das cidades litorâneas, especialmente em função das atividades minerais, uma excepcional quantidade de câmaras foram edificadas nos territórios do interior da América portuguesa. As novas zonas de povoamento passaram por significativas transformações após serem elevados à condição de vilas. Este quadro nos desafia a construir outras interpretações acerca da formação social dos espaços urbanos na periferia do império. Nos sertões da capitania da Bahia, o advento da exploração aurífera possibilitou a formação de um aparato político e administrativo fundamental para o enraizamento das instituições coloniais portuguesas. Tais acontecimentos possibilitaram uma multiplicidade de poderes gerados em interação com as dinâmicas locais. O

funcionamento de um extenso circuito de produção econômica através do fluxo mercantil do ouro e do gado favoreceu a integração das vilas auríferas do sertão baiano ao mapa geopolítico do império. Inevitavelmente, a atuação de oficiais e agentes locais modulou as condições para a existência de poderes periféricos em constante negociação com os poderes do centro. Esta apresentação discute a criação dos concelhos camarários e do espaço econômico nas vilas auríferas do sertão baiano □ Santo Antônio da Jacobina (1722), Rio de Contas (1725) e Minas Novas do Bom Sucesso (1729). O objetivo é perceber como os diversos agentes das vilas do sertão, nomeadamente, moradores, sertanistas, homens de negócios, oficiais das ordenanças, escravos, mulheres, dentre outros, interagiram e ajudaram a moldar hierarquias e costumes locais a partir das conexões com os fluxos do império ultramarino. Este foi um dos aspectos que sem dúvida colaborou para o protagonismo dos territórios do sertão, assim como o fortalecimento e longevidade do espaço econômico e político gerados a partir da mineração ao longo do século XVIII.

**Cláudia C. Azeredo Atallah** (Universidade Federal Fluminense)

*Campos dos Goytacazes, de capitania à cidade ou sobre seus empenhos em se tornar capital de província: apontamentos sobre o forjar de uma região e suas conexões (1786-1855)*

Após a compra da capitania da Paraíba do Sul dos Campos dos Goytacazes pela coroa em 1754, a região passou por um crescimento econômico e urbano sem precedentes. Tal aspecto se deu, em grande parte, devido à emergência da agricultura de cana de açúcar como principal atividade. Outros fatores estavam associados a esse aspecto, como a intensificação dos caminhos entre o Rio de Janeiro, as Minas Gerais e Salvador: todos, de alguma forma, passavam pela região, desbravando ainda mais terras desconhecidas que estavam sob o comando de potentados locais e recortando passagens clandestinas que se tornariam essenciais para a comunicação regional. Também se assistiu a um crescimento do comércio local e da região com áreas de importância econômica colonial e imperial. Na passagem do século XVIII para o XIX tais aspectos ressaltaram ainda mais a importância da capitania e de suas elites, que buscavam privilégios e posições sociais não somente na localidade, almejando fortalecer os laços com o Rio de Janeiro. Após a independência, a então cidade de Campos havia se tornado uma das principais do norte da província do Rio de Janeiro. Na ocasião, possuía a maior produção de cana de açúcar do Império do Brasil, o que levou a um fortalecimento de sua elite política e das redes que envolviam homens importantes daquela cidade e de seu entorno. Em que pese suas relações com a Corte, tais imbricações, como veremos, colaboraram para dada independência da região, fortalecendo conexões mercantis e políticas estabelecidas no final do século XVIII que não passavam, necessariamente, pelo Rio de Janeiro. O fortalecimento de dada identidade regional levou a câmara da cidade a requerer o status político de capital da província fluminense, em 1855. Ainda que não tenha obtido êxito, o discurso impetrado pelos camarários e pelas elites, registrados nas atas de vereações, torna-se importante fonte de estudo para a caracterização da região que se pretendeu forjar. Por fim, se faz necessário registrar que a ideia de região será aqui pensada com bases numa historiografia recente que o trata além dos limites geopolíticos e de Estado, considerando aspectos identitários, mercantis e de cultura política. Tal conceito será relacionado ao de cidades imperiais. Considerando as complexidades em torno do conceito de cidade, aqui tratarei, dentro do contexto de transformações operadas durante o período apontado, da importância da cidade de Campos e de um status de centro urbano adquirido nessa época, bem como de seu cotidiano e suas conexões intercitydinas.

### **5.3. Formação e circulação de escolares**

Chair: Luís Oliveira (UALg)

**Ana Pereira Ferreira** (CH-ULisboa/ CIDEHUS-UÉvora/PIUDHist)

*Dentro da Cidade e Entre-Cidades: a mobiliação de escolares e oficiais do Estudo Geral Medieval em Portugal*

Criada em 1290 por D. Dinis, a Universidade Medieval portuguesa sempre se pautou pela instabilidade e os poucos recursos. Por este motivo e pela contestação urbana que envolvia sempre a fixação do Estudo Geral e ainda diferentes estratégias régias, a Universidade em Portugal esteve numa constante itinerância entre as cidades de Lisboa e Coimbra.

Na sua fundação foi estabelecida em Lisboa, mas logo em 1308 era transferida para Coimbra. Face à contestação social e à falta de residência, Afonso IV viria a transferi-la de novo para Lisboa para voltar a mudar de cidade em 1338, de volta ao Mondego. Seria D. Fernando, em 1377 que a traria novamente para

a maior cidade do Reino, esforçando-se por aumentar os seus privilégios. D. João I viria a ordenar a sua fixação “pera todo o sempre” em Lisboa mas D. João III, em 1537, viria a transferi-la uma última e definitiva vez para Coimbra.

Mas se em menos de 100 anos (1290-1377) o Estudo Geral se mudou 4 vezes numa alternância entre o Tejo e o Mondego, verdade é que mesmo dentro da urbe Olisiponense a presença da universidade não foi fácil. Em Lisboa foram 4 os locais que receberam o Estudo: a Pedreira, a Casa da Moeda, a Zona da igreja de Santa Marinha e a zona de S. Tomé.

Parca de recursos e financiamento, a universidade instalou-se sempre em locais onde outrora funcionavam outras instituições régias. Apenas com o Infante D. Henrique, protector do Estudo, teve direito a instalações pensadas especificamente na formação dos escolares.

Com as mudanças sucessivas de espaços, toda a panóplia de oficiais e cargos ligados à universidade circulava: o reitor, o conservador, o bedel, o recebedor das rendas, os procuradores, chanceler e, claro, o corpo docente e estudantil.

Havia por isso e como consequência, um conjunto de cargos da administração citadina a terem de ser atribuídos a outros titulares, em cada uma das cidades, por ausência daqueles que os detinham e que tinham de deixar pela mudança de cidade.

Estas mutações e circulação dentro da cidade de Lisboa e dentro do Reino, entre Coimbra e a cidade do Tejo, é o que pretendemos trazer em comunicação, procurando entender as implicações que esta circulação tinha na sociedade de então.

### **Rui Miguel Rocha (PIUDHist/CH-ULisboa)**

*De Lisboa a Paris. A circulação de escolares entre Portugal e França durante o reinado manuelino*

Os estudos sobre a mobilidade académica na idade média (convencionado também como peregrinatio academica), muito em virtude da vasta documentação relativa a escolares portugueses no estrangeiro, têm ocupado um lugar de destaque no espectro da historiografia da universidade em Portugal, muito em articulação com as tendências de investigação no panorama internacional. Contabilizaram-se, sensivelmente no último meio século, um número considerável de estudos sobre a presença portuguesa nos Estudos Gerais de Salamanca, Bolonha, Oxford, Montpellier, Toulouse, e por fim Paris. A conjugação dos resultados destas pesquisas permitiu uma análise globalizante da mobilidade dos intelectuais lusos, e a disseminação da ideia, consensual entre os historiadores da matéria, de uma tendência de circulação, sobretudo entre os séculos XIII e XV, orientada em primeiro lugar para universidades italianas (como é o caso de Bolonha), e num segundo plano para universidades ibéricas (neste caso Salamanca), e, portanto, para universidades de grande prestígio, mas mais importante que isso, especializadas em estudos superiores de Direito. Por outro lado, nas primeiras décadas da centúria de quinhentos, nas quais a universidade de Lisboa atravessava um grande desenvolvimento e crescimento, observa-se uma gradual diminuição do poder de atração destes dois centros universitários (Bolonha e Salamanca), relativamente ao período anterior, e a intensificação da circulação de estudantes lusos para a Alma Mater Parisiense, caracterizada pela especialização em Teologia e Artes Liberais. A questão central prende-se então com as motivações que levariam uma coroa enriquecida, protagonizado por D. Manuel I, a investir financeiramente na universidade em Portugal, mas simultaneamente num programa de investimento considerável em bolsas de estudo para escolares portugueses frequentarem o colégio Montaigu (e mais tarde, a partir de 1520, o colégio de Santa Bárbara) na universidade de Paris, figurando um aparente desperdício de recursos económicos e de esforços políticos do monarca português. O presente ensaio visa assim discutir, à luz dos desenvolvimentos científicos e das necessidades técnicas decorrentes do processo expansionista português, os motivos da inversão da tendência da circulação dos escolares portugueses na transição do século XV para o século XVI, que inicialmente parecia orientada sobretudo para os estudos de Direito, e posteriormente para Estudos Gerais especializados em Artes a Teologia, problemática esta que permanece por responder até hoje.

### **André de Oliveira Leitão (EGEAC (Castelo de S. Jorge)/ CH-ULisboa/CEHR-UCP)**

*Circulação de homens, saberes e livros na Idade Média: a peregrinatio academica de um ponto de vista português (séculos XII-XV)*

A Idade Média constituiu um dos períodos de mais intensa circulação geográfica na Christianitas. Além de uma importante movimentação de amplos grupos humanos para as periferias localizadas a Sul e a Leste (de

que são exemplo as Cruzadas no Outremer, a Reconquista na Península Ibérica ou o «Drang nach Osten» na Europa Oriental) e que ditaram a integração destes territórios no espaço da Cristandade, há ainda a considerar fenómenos tão diversos como as jornadas de peregrinos, romeiros e palmeiros aos principais centros de peregrinação da época (Compostela, Roma e Jerusalém), as viagens de mercadores pelas cidades que acolhiam as grandes feiras e mercados, ou as deslocações de mestres e estudantes que se dirigiam às escolas e universidades que germinavam em contexto urbano – um fenómeno justamente conhecido como «peregrinatio academica», e que constituiu um dos mais singulares exemplos de circulação na Idade Média, traduzindo-se na mobilidade não apenas de homens, mas também de livros, de ideias e de saberes no espaço da Cristandade.

Atentando no caso português, há a considerar dois períodos distintos ao analisar o fenómeno da «peregrinatio academica» – períodos estes separados pela criação do estudo geral pelo rei D. Dinis, à roda de 1290. Com efeito, o primeiro período caracteriza-se por uma circulação forçada de todos aqueles que, nascidos no território português, pretendiam obter conhecimentos de nível superior (por carência de uma universidade em Portugal); o segundo período (posterior a 1290) pauta-se por uma mobilidade voluntária para o exterior, dada a existência de um estudo geral no reino. É de assinalar, no entanto, que a mobilidade não parece ter sido menos expressiva neste segundo período – sobretudo, se atendermos à instabilidade da nova instituição universitária, objecto de frequentes deslocalizações entre as cidades de Lisboa e de Coimbra ao longo de todo o século XIV.

A vida de estudantes e professores portugueses é marcada pelo signo da «peregrinatio», com significativos contingentes populacionais a deslocarem-se para alguns dos principais estudos gerais da época, aí se incluindo Bolonha, Paris e Salamanca, entre muitas outras universidades localizadas na Europa ocidental e meridional. A circulação destes homens traduziu-se na aquisição de conhecimentos e formação de nível superior que os levou a terem um impacto considerável no tecido social do reino, ao serviço dos monarcas, da igreja ou da universidade.

O objectivo desta comunicação passar por dar a conhecer os principais eixos da mobilidade destes portugueses, bem como o relevantíssimo papel desempenhado por estes homens na difusão de novos saberes e ideias em Portugal.

### **Alice Santiago Faria (CHAM NOVA) & Mafalda Pacheco (CHAM NOVA)**

*Circulação, transformação e seus agentes: redes técnico-científicas no Império português (1647-1871)*

Depois da restauração da independência, a Aula de Fortificação e Arquitectura Militar foi criada em Lisboa, em 1647. Várias classes e escolas seguiram-se em Portugal e nos seus territórios ultramarinos, consolidando um ciclo que terminaria em 1871, quando a Escola Mathemática e Militar, na Índia Portuguesa foi fechada.

Esta comunicação propõe-se apresentar, discutir métodos e primeiros resultados de um projecto de investigação que, seguindo fluxos de conhecimento ao longo do tempo e observando os padrões e agentes na disseminação e circulação da tecnociência, pretende pensar o papel de Portugal e do Império português, num mundo cada vez mais interconectado e em rápido processo de mudança e transformação. Partindo de fontes bibliográficas do século XIX que incidem sobre os agentes (arquitectos, engenheiros e construtores) e a história das instituições administrativas e de ensino relacionadas com a formação do contexto construído do Império, olha-se para a rede de agentes do dispositivo colonial, ao longo do tempo e em diferentes geografias, cruzando o mundo Atlântico e o Índico, para se entender as transformações técnico-científicas ocorridas in loco.

A dimensão territorial do Império português implicou a criação de um mecanismo pragmático de actuação e articulação entre diferentes campos do conhecimento científico, exercido por um dispositivo colonial de especialistas e instituições. Engenheiros militares, arquitectos e outros agentes, circularam por várias partes do império transportando consigo conhecimentos que aplicaram e adaptaram aos contextos locais, ao mesmo tempo que também absorviam e transformavam os dados que recolhiam. Pode-se constatar a circulação dos agentes, mas a percepção efectiva do conjunto alargado das relações internas entre estes agentes e os próprios meios de formação e a transformação em cada local está por ser feita. Levantam-se assim questões relacionadas com a escala local/global do conhecimento, a forma, a causa e o efeito da difusão do conhecimento, a transformação ocorrida regionalmente e a relação entre o conhecimento teórico e o prático.

Em síntese, o objectivo desta comunicação, desenvolvida no âmbito do projecto TechNetEMPIRE – Redes técnico-científicas na formação do ambiente construído no Império português (1647-1871), é o de reflectir sobre as estruturas conceptuais do conhecimento, as actividades práticas e a organização do conhecimento científico no Império português.

#### **5.4. Ciência e circulação de conhecimento**

Chair: Andreia Fidalgo (ISCTE-IUL/PIUDHist & UAIG)

**Ewerton Luiz Figueiredo Moura da Silva** (Universidade de São Paulo)

*Medicina tropical à sombra do cacau escravo: a campanha contra a doença do sono na ilha do Príncipe, 1911-1914*

Doenças tidas tropicais, como a malária e a doença do sono ou tripanossomíase humana africana, constituíram uma relevante ameaça à viabilidade dos domínios europeus impostos ao continente africano no início do século XX. Portugal, neste contexto histórico, era uma metrópole com limitados recursos económicos e militares, porém desejosa em manter suas possessões ultramarinas em África e Ásia livres da ameaça de partilha por parte de outras potências mais poderosas, nomeadamente, a Grã-Bretanha e a Alemanha. Uma das colónias portuguesas mais rentáveis eram as ilhas de São Tomé e Príncipe, importantes produtoras mundiais de cacau e que dependiam de levas de trabalhadores forçados provenientes de Angola. A existência de condições análogas à escravidão e as constantes disputas imperialistas europeias conduziram ao boicote liderado pelo chocolateiro britânico William Cadbury contra a compra do "cacau escravo são-tomense" em 1908. Além disso, as condições das plantações dos cacauzeiros, em áreas de umidade e com sombras, criaram ambientes favoráveis à proliferação da mosca tsé-tsé e o envio de indígenas oriundos de Angola, onde a doença do sono era endêmica, permitiram a formação de uma grave epidemia da doença na pequena ilha do Príncipe. Tanto as pressões anti-esclavagistas quanto o quadro epidémico da tripanossomíase humana africana em uma relevante colônia pareciam colocar em xeque a "missão civilizadora" de Portugal em África. Para responder a tais pressões foi constituída uma campanha para a erradicação das glossinas na ilha do Príncipe entre 1911 e 1914 que trouxe significativos impactos ambientais e económicos aos habitantes da mesma. O intuito desta comunicação é, através de um trabalho de perscrutação a documentos parlamentares, jornais e relatórios de saúde do Ultramar, discorrer sobre tais impactos, bem como explorar o significado da erradicação das glossinas na ilha, em junho de 1914, para a afirmação de Portugal enquanto potência colonizadora em África.

**Manuel Xavier** (CIUHCT-FCUL)

*“Renovar fora das Escolas”: o Núcleo de Matemática, Física e Química (1936-1939)*

As bolsas de estudos da Junta de Educação Nacional, criada em 1929, geraram um fluxo inédito de jovens bolseiros para o estrangeiro europeu. Em Lisboa, 1936, por iniciativa de professores e de bolseiros retornados, criou-se o Núcleo de Matemática, Física e Química. Alguns dos membros mais ativos deste grupo multidisciplinar e multi-institucional foram os físicos António da Silveira e Manuel Valadares e os matemáticos António Aniceto Monteiro, Ruy Luís Gomes e Bento de Jesus Caraça.

A criação do Núcleo acompanhava um movimento de renovação científica na área das ciências exatas, resultado da circulação de novas ideias e da cimentação de uma rede científica, durante o processo de europeização da ciência portuguesa. Esta geração de investigadores europeizados reconhecia as insuficiências do ensino universitário português, como o seu atraso científico e desinteresse pela investigação. As actividades do Núcleo procuraram colmatar estas lacunas com cursos livres e publicações em áreas avançadas da física e matemática.

Nas origens do grupo esteve, por exemplo, o convite feito a Ruy Gomes para lecionar um curso de Relatividade, depois de bolseiros em Paris terem ouvido o físico Louis de Broglie fazer referência aos seus trabalhos. Assim se estreitaram as relações entre as academias lisboeta e portuense. Entretanto, Manuel Valadares era, à data, investigador principal do Laboratório de Física da Universidade de Lisboa, depois de estagiar no Instituto do Rádio com Marie Curie, tendo o seu grupo contribuído com trabalhos originais na área da física experimental. A título exemplar, mais tarde, Monteiro convidaria o matemático Maurice Fréchet, seu orientador de doutoramento, para palestrar em Portugal.

Além de conhecimento científico atualizado, os bolseiros trouxeram consigo uma praxis científica enraizada na Europa central: fazer ciência é fazer investigação. O novo ethos preconizado foi, contudo,

visto com desconfiança pelo conservador meio académico português. “Fomos acimados de indesejáveis comunistas,” diz Silveira. “Renovar fora das escolas”, escreve Caraça. A estrutura do Núcleo era informal, tendo o mesmo sido apenas parcialmente apoiado pelo Instituto para a Alta Cultura.

Neste trabalho, procurarei interpretar o Núcleo como resultado da entrada de novas ideias e de uma nova praxis na academia portuguesa, analisando-o à luz da tensão tradição/modernidade e esclarecendo-o como um movimento informal que estabeleceu um elo entre um passado de matemáticos e físicos isolados e uma década de 1940 dinâmica, marcada pela presença de cientistas em rede – com o aparecimento de seminários, centros de estudos e revistas de divulgação e da especialidade.

### **Ana Carina Azevedo (IHC-NOVA)**

*A circulação de conhecimento e a reforma da Administração Pública portuguesa: um projeto nacional marcado por dinâmicas globais (1950-1970)*

A circulação do conhecimento é um aspeto central nas lógicas de mobilidade que pautaram a segunda metade do século XX. Ligada não só à deslocação de pessoas, mas também de publicações e know-how, tem a particularidade de perpassar o âmbito pessoal, estatal e corporativo. Como consequência, as interações possibilitadas permitem relevantes transformações económicas e sociais, caso beneficiem do necessário apoio político. Porém, muitas vezes, enfrentam, também, obstáculos oriundos da resistência à mudança.

O impacto das lógicas de circulação do conhecimento é evidente no processo de desenvolvimento económico português do terceiro quartel do século XX, sobretudo no que diz respeito ao setor secundário. Porém, também na Administração Pública estas interações são visíveis. O projeto de Reforma Administrativa que Portugal desenvolve no final da década de 1960 é disso um exemplo. Derivando de estudos desenvolvidos no decénio anterior, os impulsos internacionais que o determinaram e influenciaram a sua caracterização são evidentes.

De facto, as deficiências da Administração Pública portuguesa haviam começado a ser reveladas no âmbito da gestão do Plano Marshall e através dos estudos preparatórios dos Planos de Fomento. Finalmente, em 1967, acabaria por ser criado o Secretariado da Reforma Administrativa. Contudo, atentando no processo de Reforma Administrativa apresentado pelo Estado Novo, verifica-se que este segue, em grande medida, as lógicas que vinham sendo difundidas internacionalmente desde o final da II Guerra Mundial. Apesar de com um ligeiro atraso, a Reforma Administrativa portuguesa apresenta características, objetivos e metodologias semelhantes à realidade internacional e, ao nível dos seus agentes, o papel da internacionalização e do contacto direto ou indireto com os organismos que defendiam a necessidade de melhorar a eficiência das Administrações Públicas é evidente.

Esta comunicação pretende, assim, demonstrar como a crescente circulação de conhecimento aliada ao fenómeno da internacionalização de um grupo de agentes, potenciou a consciencialização sobre a necessidade de reformar a Administração Pública portuguesa. Pretende, igualmente, constatar de que modo esta mesma realidade condicionou as suas características, tornando o projeto de reforma português bastante semelhante a planos desenvolvidos em diversas partes do globo. Por fim, pretende apresentar um exemplo da forma como a circulação do conhecimento em matéria de Administração Pública criou, nesta época, uma profunda interconexão internacional que conferiria um carácter global a projetos nacionais.

### **Alice Cunha (NOVA FCSH) & Yvette Santos (IHC-NOVA FCSH)**

*Circulação europeia do conhecimento: o Programa ERASMUS e os estudantes portugueses*

O Programa ERASMUS tem sido considerado como um dos programas europeus mais popular na área da educação, desde logo porque favorece a mobilidade académica de milhares de estudantes pelos países da União Europeia e alguns outros da Europa. E, embora o desenho do ERASMUS exceda essa componente, na realidade a prática dessas circulações científicas têm contribuído para reconfigurar a paisagem das sociedades europeias. Dada a relevância do ERASMUS na construção de uma Europa do conhecimento pela aproximação dos cidadãos europeus, esta comunicação pretende, em geral, analisar a importância do ERASMUS para Portugal desde a sua implementação e, em particular, identificar a tendência participativa dos estudantes portugueses do primeiro ciclo universitário (os chamados outgoings), desde 1987 a 2014, ano em que iniciou o ERASMUS+. Evidenciaremos as dinâmicas que caracterizam a mobilidade científica portuguesa na Europa, a partir de uma abordagem que privilegia o cruzamento de várias escalas, espaços e tempos.